DocuSign Envelope ID: 235B6503-6095-45F8-A798-7F62D55A55CE

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

ISSN 2675-6676

R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXVII • Nº 7723 • SÃO PAULO, SEXTA-FEIRA 16 DE SETEMBRO DE 2022 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

STF forma maioria para manter suspensão do piso da enfermagem

Em julgamento no Plenário virtual da Corte, os ministros Ricardo Lewandowski, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes acompanharam o voto do relator, Roberto Barroso, e formaram maioria para manter a decisão provisória dada no último dia 4, que suspende o piso nacional da enfermagem até que sejam esclarecidos os impactos da medida sobre a situação financeira de Estados e municípios, a empregabilidade e a qualidade dos serviços de saúde. O despacho foi dado no bojo de uma ação impetrada pela Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNSaúde), que questionou a constitucionalidade da lei publicada no dia 5 de agosto. O ministro André Mendonça abriu divergência e votou por não referendar a liminar dada por Barroso. A avaliação do ministro foi a de que não há os requisitos necessários para uma medida liminar. **Pág. 03**

(Foto: EBC)

A manifestação apresentada por Barroso no julgamento que teve início na sexta-feira, 9, repetiu muitos dos fundamentos registrados na liminar dada pelo ministro.

Coligação de Lula aciona TSE contra escalada de violência política

O ministro Alexandre de Moraes, presidente do TSE, recebeu ação proposta pela Coligação Brasil da Esperança, da qual faz parte a candidatura do ex-presidente Lula (PT) ao Palácio do Planalto, que pede providências ante a escalada de episódios de violência política por apoiadores de Bolsonaro. A coligação afirma que declarações e publicações do presidente estimulam uma "reação em cadeia" da militância bolsonarista contra opositores do governo. **Pág. 08**

Ataques bolsonaristas elevam temor de agressões nas eleições

O medo de sofrer violência nestas eleições, em razão da radicalização dos apoiadores do presidente Bolsonaro contra posições divergentes na disputa política atinge mais da metade da população brasileira. Isso é o que mostra a pesquisa Violência e Democracia: panorama brasileiro pré-eleições de 2022. 67,5% dos entrevistados têm muito medo (49,9%) ou um pouco de medo (17,6%) de ser vítima de agressões físicas em razão de escolhas políticas ou partidárias. **Pág. 03**

Castro amplia liderança no Rio, diz pesquisa Genial/Quaest

A última pesquisa Genial/Quaest mostra crescimento do governador do Rio, Cláudio Castro (PL), candidato à reeleição, com 31% das intenções de voto, dez pontos porcentuais à frente de Marcelo Freixo (PSB), que marcou 21%. Na rodada anterior, os dois candidatos líderes tinham 25% e 19%, respectivamente. Em terceiro está Rodrigo Neves (PDT), com 7% - antes era 6%. **Pág. 03**

Ministério ordena recall de petiscos da Bassar por morte de cães

Com base em relatos de mortes de cães que ingeriram snacks da marca, o Ministério da Justiça e Segurança Pública notificou a empresa Bassar Pet Food para que providencie o recall compulsório dos petiscos para cães Bassar Snack Every Day e Bassar Dental Care. Caso a determinação não seja cumprida, a empresa pode sofrer processos administrativos e a aplicação de sanções. **Pág. 08**

Douglas Garcia é alvo de pedidos de cassação por ataques a jornalista

(Foto: Alesp)

Bolsonarista, o deputado estadual Douglas Garcia (Republicanos) hostilizou a jornalista Vera Magalhães nos bastidores do debate da TV Cultura, na última terça-feira, 13.

O deputado estadual Douglas Garcia (Republicanos) já é alvo de oito pedidos de cassação do mandato, encaminhados ao Conselho de Ética da Alesp até ontem, 15, pelas agressões à jornalista Vera Magalhães nos bastidores do debate da TV Cultura, na última terça-feira, 13. Após ser notificado, o parlamentar terá o prazo de 5 sessões legislativas para apresentar sua defesa prévia sobre o episódio. **Pág. 03**

Em novo recorde, produção agrícola atingiu R$ 743,3 bilhões em 2021

(Foto: EBC)

A safra brasileira de grãos retrocedeu 0,4% em 2021.

Após dois anos seguidos de recordes na série, a safra brasileira de grãos retrocedeu 0,4% em 2021, para 254,4 milhões de toneladas, segundo a publicação Produção Agrícola Municipal (PAM) 2021, divulgada ontem, 15, pelo IBGE. Entretanto, o valor da produção em 2021 bateu novo recorde e alcançou R$ 743,3 bilhões, alta de 58,6% sobre 2020. **Pág. 04**

Atividade econômica registra em julho maior alta desde dezembro de 2014

Superando as estimativas do mercado financeiro, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) apontou alta de 1,17% em julho ante junho, na série sem ajustes sazonais, marcando o segundo avanço consecutivo. Em junho, a alta havia sido de 0,93% (dado revisado ontem, 15). O índice passou de 143,86 pontos para 145,55 pontos na série dessazonalizada, o maior valor desde dezembro de 2014 (146,22 pontos). Conhecido como uma espécie de prévia do BC para o PIB, o IBC-Br serve mais precisamente como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses. A projeção atual do BC para a atividade doméstica em 2022 é de crescimento de 1,7%, conforme o último Relatório Trimestral de Inflação (RTI), que pode ser atualizada no fim deste mês. **Pág. 04**

Governo amplia projeção de alta do PIB deste ano de 2,00% para 2,70%

Com projeções em patamares bem superiores aos do mercado, o Ministério da Economia elevou sua estimativa de alta do PIB deste ano de 2,00% para 2,70%. A projeção anterior havia sido elevada no relatório de julho. O último relatório Focus estimou uma alta de 2,39% para o PIB de 2022. **Pág. 04**

Ministério reduz expectativa do IPCA em 2022 de 7,20% para 6,30%

A grade de parâmetros macroeconômicos do Ministério da Economia reduziu de 7,20% para 6,30% a expectativa de alta da inflação medida pelo IPCA neste ano. No último relatório Focus, os analistas de mercado estimaram alta do IPCA de 6,40% em 2022. **Pág. 04**

Grupo chinês anuncia implantação de fábrica de ônibus elétrico no Ceará

De olho no potencial do segmento urbano no País, a chinesa Higer Bus, que no Brasil é representada pela TEVX Motors Group, anunciou que investirá US$ 50 milhões (cerca de R$ 260 milhões) em uma fábrica de ônibus elétricos na região de Pecém, em Fortaleza (CE). A montadora já investiu US$ 10 milhões (cerca de R$ 50 milhões) no desenvolvimento de um veículo destinado ao mercado brasileiro. **Pág. 04**

Candidatos declaram ao TSE dinheiro vivo apreendido pela polícia

Alvo de investigação por desvio de emendas parlamentares, o deputado federal Josimar Maranhãozinho (PL-MA), flagrado em investigação da PF manipulando maços de dinheiro, é um dos dois candidatos que disputam as eleições de outubro que declararam à Justiça Eleitoral, juntos, R$ 2,4 milhões em dinheiro vivo apreendido em operações policiais. **Pág. 03**

Fila para ver corpo da rainha Elizabeth II tem 5 km em Londres

Pág. 05

Tufão Muifa atinge leste da China, deixando 1,6 milhão fora de suas casas

Pág. 05

Xi Jinping e Putin se encontram para fortalecer aliança contra Ocidente

Pág. 05

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.212,00
IPCA (IBGE) - mês	-0,36%
IGP-M (FGV) - mês	-0,70%
IPC (FIPE) - mês	0,12%
TR pré	0,1821%
Taxa básica financeira - TBF	1,0036%
Ibovespa (pontos)	109.953
Poupança (mês)	0,70%
CDB pré 30 dias - ano	13,31%
CDB pré 90 dias - ano	13,36%
CDI acumulado - mês	0,51%
CDI anualizado	13,65%
Dólar comercial	R$ 5,2390/R$ 5,2390
Dolar turismo	R$ 5,3500/R$ 5,4420
Euro turismo	R$ 5,2360/R$ 5,2390

DocuSigned by:
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Data/Hora da Assinatura: 15/09/2022 | 17:55:55 PDT
ICP Brasil
F30028BECACE477A80F4162020591B34

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publilegal.diariodenoticias.com.br/*

DocuSign Envelope ID: 235B6503-6095-45F8-A798-7F62D55A55CE

LEIS & PROJETOS

Selo biocombustível socioambiental garante geração de renda aos pequenos agricultores

O Plenário da Câmara poderá votar, nas próximas sessões, a criação do selo biocombustível socioambiental, que tem por objetivo ampliar a participação da agricultura familiar no mercado de biocombustíveis no país. Relator da proposta na Comissão de Minas e Energia da Câmara, o deputado Hélio Costa (PSD-SC) aponta que a iniciativa vai garantir a geração de renda para o pequeno produtor rural, mas também vai contribuir para a preservação do meio ambiente a partir da geração de energia combustível de fontes renováveis, além de representar uma alternativa para o consumo de diesel derivado de petróleo. A nova modalidade de certificação vem substituir o selo biocombustível social, que existe desde 2004 e, apenas em 2019, beneficiou perto de 70 mil pequenos agricultores de 16 estados, produtores de culturas agrícolas como soja, dendê, macaúba, amendoim e outros.

Hélio Costa comenta também que o projeto estabelece incentivos tributários para os agricultores e também para as empresas que comercializarem a produção de biocombustíveis do segmento, com a redução das alíquotas de PIS/Pasep e também da Cofins.

Entidades sugerem campanha de vacinação específica para diabéticos e obesos

Representantes da sociedade civil ouvidos nesta quarta-feira (14) pelas comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; e de Seguridade Social e Família da Câmara dos Câmara dos Deputados sugeriram ao Ministério da Saúde a realização de campanhas de vacinação específicas para atender pessoas com diabetes e com obesidade.

"Ficou constatado que pessoas com diabetes morreram muito durante a pandemia e que elas têm o sistema imune mais deficitário em comparação com quem não tem esse tipo de doença", alertou Vanessa Pirolo, representante do Vozes do Advocacy, entidade que reúne 22 associações e 2 institutos de diabetes.

O diabetes tipo 2 - Mellitus - é uma doença crônica caracterizada pela resistência do organismo à insulina e pelo aumento dos níveis de açúcar no sangue. Ao contrário do tipo 1, o paciente não nasce com a doença, mas a desenvolve em razão de hábitos de vida, principalmente sedentarismo e excesso de carboidratos na alimentação.

Presidente da Associação Brasileira de Imunizações, Juarez Cunha lembrou que as vacinas são a maior conquista no campo da saúde pública mundial e reforçou a recomendação de campanhas específicas para pessoas com diabetes. Segundo ele, as mais indicadas são contra influenza (gripe), hepatite, herpes zóster, além das doses pneumocócicas (conjugada e polissacarídica 23).

"A pessoa que vive com diabetes faz parte de um grupo de maior risco, tanto que foram inseridas como prioridade no plano de operacionalização contra a Covid-19", destacou.

Projeto prevê multa para quebra de sigilo em processos de adoção

O Projeto de Lei 2094/22 fixa multas para os profissionais e estabelecimentos que desrespeitarem a regra de sigilo de informações em processos de entrega direta de crianças para adoção.

O texto prevê multas que variam de R$ 15 mil a R$ 30 mil, além de suspensão da licença de funcionamento do estabelecimento em que for realizada a adoção. As condutas serão apuradas em processo administrativo. O sigilo nesse tipo de processo é garantido pela Lei da Adoção, que trata da chamada "entrega voluntária", pela qual a gestante ou mãe podem entregar seu filho para adoção em um procedimento assistido pela Vara da Infância e da Juventude.

No entanto, a legislação não especifica quais sanções seriam aplicadas para quem descumprir essa regra.

Autor do projeto, o deputado José Nelto (PP-GO), reforçou a necessidade de garantir o sigilo nesse tipo de processo para evitar que as mães sejam tratadas de forma preconceituosa ou constrangedora.

Tramitação - A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Proposta cria medidas para proteger quem denuncia violência contra mulher

O Projeto de Lei 2103/22 cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência institucional contra mulheres, bem como da proteção das pessoas que comuniquem a violência.

Em análise na Câmara dos Deputados, o texto conceitua violência institucional como aquela praticada por agente público no desempenho de sua função, por meio de atos comissivos ou omissivos que prejudiquem o atendimento às mulheres, ofendam sua integridade, dignidade ou sua saúde física ou mental.

Segundo a proposta, qualquer pessoa que tenha conhecimento ou presencie ação ou omissão que constitua violência institucional contra mulheres terá o dever de comunicar o fato imediatamente aos superiores e à autoridade policial, os quais deverão tomar as providências cabíveis, sob pena de prevaricação, se a omissão não configurar crime mais grave.

O texto prevê que o Poder Público garanta meios e estabeleça medidas para proteger e, quando for o caso, compensar a pessoa que denunciar a prática de violência, de tratamento cruel ou degradante.

Tanto a União quanto os estados, o Distrito Federal e os municípios poderão estabelecer programas de proteção e compensação das vítimas, das testemunhas e dos denunciantes.

Relator apresentará nova versão para a regulamentação do lobby

O deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE) informou que apresentará substitutivo a uma proposta do Poder Executivo que trata do lobby junto ao poder público, incluindo administração indireta e estatais. "Não se trata de um projeto de governo, nem de oposição, mais sim do País", afirmou.

Coutinho é relator do Projeto de Lei 4391/21, que estabelece, a partir da visão do atual governo, normas para representação privada de interesses junto a agentes públicos. Por sugestão do relator, foi analisado em audiência pública na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.

Com a proposta, a ideia do governo é "permitir maior efetividade na repressão às condutas reprováveis", como forma de contribuir para a aceitação do Brasil na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A entidade que reúne as nações mais ricas do mundo exige a adoção de regras para o lobby.

Os debatedores afirmaram na Comissão de Trabalho que normas são necessárias para assegurar transparência e isonomia no relacionamento dos diversos atores com o poder público, com o Executivo e com o Legislativo. Mas o PL 4391/21, da forma como está, recebeu apoio apenas dos representantes do governo.

(Foto: Câmara)

Augusto Coutinho vai apresentar um substitutivo.

O diretor da Controladoria-Geral da União (CGU) Marcio Gonçalves defendeu a versão original do Executivo. "Hoje temos total certeza de que o PL 4391/21 atende aos dez princípios da OCDE para integridade e transparência do lobby", afirmou. Só Natasha Miranda, do Ministério da Economia, concordou com ele.

Segundo Marcio Gonçalves, ainda que o debate esteja em curso no Congresso, o governo Bolsonaro já se antecipou quanto à regulamentação do tema.

O Decreto 10.889/21, explicou o diretor da CGU, tornou obrigatória a divulgação de agendas dos agentes públicos e dos compromissos com representantes do setor privado.

Críticas - O consultor do Senado Luiz Alberto dos Santos, representando o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), afirmou que o texto do Executivo é insuficiente. Segundo ele, o relator Augusto Coutinho deveria levar em conta os quase 38 anos de discussões e análises sobre o tema no Congresso Nacional.

Projeto inclui polícias científicas no Sistema Único de Segurança Pública

(Foto: Câmara)

O autor da proposta, deputado Sanderson.

O Projeto de Lei 2063/22 reconhece a natureza policial da atividade exercida pelos policiais científicos e os inclui no Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Presente em vários estados brasileiros, a polícia científica é o órgão público incumbido das perícias de criminalística e médico-legais, necessárias para elucidação de crimes quando há vestígios.

Em análise na Câmara dos Deputados, o texto altera a lei que criou o Susp (Lei 13.675/18) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).

Segundo o autor do projeto, deputado Sanderson (PL-RS), com a criação do Susp, em 2018, os órgãos de segurança pública, como as polícias civis, militares e federal, as secretarias de segurança e as guardas municipais ficaram integrados para atuar de forma cooperativa, sistêmica e harmônica, assim como já ocorre no sistema de saúde.

"Não obstante sua importância institucional para a elucidação dos crimes, hoje as polícias científicas não constam no rol dos integrantes do Susp, razão pela qual apresento o presente projeto de lei, incluindo as polícias científicas no Susp", afirmou.

Tramitação - A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e Constituição e Justiça e de Cidadania.

PL exige aprovação do Ministério Público para internação involuntária de usuários de drogas

A Câmara dos Deputados analisa proposta que torna mais rigorosas as regras para internação involuntária de usuários ou dependentes de drogas ilícitas ou álcool. Esse tipo de internação ocorre quando não há consentimento do paciente.

O Projeto de Lei 1595/22 faz acréscimos na Lei 11.343/06, que instituí o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad).

Pelo texto, a internação involuntária deverá ser feita após parecer favorável do Ministério Público (MP) ao pedido assinado por, no mínimo, dois familiares ou responsáveis legais, dos quais um deverá ter parentesco de relação consanguínea com o paciente.

Esse pedido deverá ser aprovado por psiquiatra que não tenha vínculos com a clínica. O objetivo, segundo o autor, deputado Ney Leprevost (União-PR) é garantir a imparcialidade do laudo.

As regras atuais não preveem a chancela do Ministério Público para dar entrada do paciente na clínica, só exigem que o hospital comunique o MP em até 72 horas após a internação.

(Foto: Câmara)

O autor da proposta, deputado Ney Leprevost.

Além disso, na falta de parentes ou responsáveis legais, a legislação atual permite que o paciente seja internado com autorização de servidor público da área de saúde, de assistente social ou de funcionário da rede do Sisnad.

O projeto também garante ao paciente internado involuntariamente o direito de habeas corpus, o que não está previsto na lei atual.

O texto em análise na Câmara também proíbe que parentes ou responsáveis legais movimentem a conta bancária do paciente durante o período de internação. Nos casos em que for comprovado o interesse em obter vantagens ilícitas, a pena poderá variar de um a três anos de detenção.

Tempo de internação - Ainda conforme o projeto, a internação involuntária, que deve durar até 45 dias, será suspensa após avaliação médica. A partir deste momento, caberá ao paciente decidir se deseja ou não permanecer em isolamento total.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques — Administração
Elaine Fernandes — Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Auditado e Certificado

ICP Brasil

AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DocuSigned by:
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Data/Hora da Assinatura: 15/09/2022 | 17:56:03 PDT
F30029BECACE477A80F4162020591B34

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publilegal.diariodenoticias.com.br/

DocuSign Envelope ID: 235B6503-6095-45F8-A798-7F62D55A55CE

POLÍTICA

Plenário do STF já faz maioria para confirmar suspensão do piso da enfermagem

O Plenário do STF já tem maioria para referendar a decisão liminar do ministro Luís Roberto Barroso que suspendeu o piso nacional da enfermagem até que sejam esclarecidos os impactos da medida sobre a situação financeira de Estados e municípios, a empregabilidade e a qualidade dos serviços de saúde.

Em julgamento no Plenário virtual da Corte, os ministros Ricardo Lewandowski, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes acompanharam o voto do relator no sentido de manter a decisão provisória dada no último dia 4. O despacho foi dado no bojo de uma ação impetrada pela Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNSaúde), que questionou a constitucionalidade da lei publicada no dia 5 de agosto.

(Foto: EBC)

A manifestação apresentada por Barroso no julgamento que teve início na sexta-feira, 9, repetiu muitos dos fundamentos registrados na liminar dada pelo ministro.

A manifestação apresentada por Barroso no julgamento que teve início na sexta-feira, 9, repetiu muitos dos fundamentos registrados na liminar dada pelo ministro. Além disso, o documento registrou as reuniões que o ministro teve com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e com parlamentares para discussões sobre a busca de fontes de custeio para viabilizar a aplicação da lei.

"Na reunião, todos reconheceram a importância da alocação de recursos e registraram o fato de que demissões já vinham ocorrendo por antecipação ao início de vigência da lei. Entre as fontes possíveis, falou-se em reajuste da tabela do SUS, desoneração de folhas e compensação de dívidas dos Estados com a União", indicou o magistrado. O ministro André Mendonça abriu divergência e votou por não referendar a liminar dada por Barroso. A avaliação do ministro foi a de que não há os requisitos necessários para uma medida liminar.

67,5% dos brasileiros temem agressão física em razão de escolhas políticas

(Foto: EBC)

O medo de ser alvo de violência política nas eleições deste ano atinge a maioria da população brasileira, segundo a pesquisa Violência e Democracia: panorama brasileiro pré-eleições de 2022, uma parceria entre a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Os dados foram coletados pelo Datafolha.

De acordo com o levantamento, 67,5% dos entrevistados têm muito medo (49,9%) ou um pouco de medo (17,6%) de ser vítima de agressões físicas em razão de escolhas políticas ou partidárias. Apenas 32,5% dos ouvidos não temem ser atingidos pela violência no pleito deste ano.

A amostra indica que 113,4 milhões de brasileiros têm medo de sofrerem agressões físicas. Ao mesmo tempo, a pesquisa verificou que 3,2% dos brasileiros disseram ter sido vítimas de ameaças por razões políticas e 0,8% de violência física. "É difícil falar em eleições livres e justas com este nível de violência. As eleições livres estão ameaçadas não pelas razões que (o presidente Jair) Bolsonaro suspeita - as urnas eletrônicas -, mas pela violência política", afirmou o presidente do FBSP, Renato Sérgio de Lima. Para a cientista política Mônica Sodré, do Raps, a violência de matriz política - medida pela primeira vez - afeta milhões de pessoas. "É um indicador que preocupa. Temos uma população amedrontada."

Tensão - O clima de violência levou à entidade internacional de defesa dos direitos humanos Human Rights Watch (HRW) a fazer um apelo aos representantes das forças políticas do País em favor da moderação. O pedido ocorreu após o registro de dois casos extremos neste ano: os assassinatos do dirigente petista e guarda municipal Marcelo Arruda, em Foz do Iguaçu (PR), e do trabalhador rural e eleitor do PT Benedito Cardoso dos Santos, em Confresa (MT). Ambos foram mortos por eleitores de Bolsonaro

Assessor de Ciro diz que juro não pode ser único instrumento para atacar inflação

O assessor da campanha do candidato Ciro Gomes (PDT), Nelson Marconi, defendeu há pouco que o juro não seja a única ferramenta disponível ou usada pelo governo para baixar a inflação. Principalmente, de acordo com ele, quando se trata de uma alta de preços conduzida pela pressão de oferta. "Não se pode atacar a inflação com apenas um instrumento", disse, durante Seminário de Assessores Econômicos dos Presidenciáveis 2022, que ocorre em Brasília. Entre as alternativas à taxa básica, segundo o economista, estão a política de preço da Petrobras, mudança na matriz energética e a retomada de estoques reguladores de alimentos, que, conforme ele, foram desmontados nos últimos. "Claro que o juro é importante, mas não pode ser só ele."

(Foto: EBC)

No evento, o assessor também enfatizou que a campanha de Ciro também é muito preocupada com o rigor fiscal. "Está aí o exemplo do Ceará. Vamos continuar com essa preocupação muito forte", afirmou. A questão, de acordo com ele, é que para haver um teto de despesas é preciso excluir os investimentos da conta porque se trata de um instrumento contracíclico e de melhora estrutura. "Temos que ter uma regra de controle das despesas. Pode ser crescimento do PIB, mas não está fechado. Temos que ter mecanismos de controle da dívida. Só com isso também conseguimos controlar a despesa com juro", argumentou. Estas são as bases, de acordo com Marconi, para se criar condições macroeconômicas para melhorar a estrutura produtiva. "São necessárias, mas não são suficientes", observou. Também é necessário, conforme o economista, ampliar o investimento em infraestrutura pelo setor público ou privado. "Vamos montar um fundo de investimento público com recurso do Tesouro, das outorgas e uma parte pequena das reservas (internacionais)", citou. Ele defendeu também a criação de metas de exportação de manufaturados. "A riqueza de um país passa por aí."

O coordenador comentou ainda que o programa de Ciro prevê que nenhum brasileiro ficará abaixo da linha da pobreza. "Isso significa o pagamento de um benefício médio de R$ 1.011,00. É bem mais alto do que outras", disse, ironizando propostas de outros candidatos.

Candidatos alvos da PF declaram dinheiro vivo apreendido ao TSE

Dois candidatos que disputam as eleições de outubro declararam à Justiça Eleitoral, juntos, R$ 2,4 milhões em dinheiro vivo apreendido em operações policiais. O patrimônio bloqueado está nas declarações de bens entregues ao TSE no registro das candidaturas.

Alvo de investigação por desvio de emendas parlamentares, o deputado federal Josimar Maranhãozinho (PL-MA) foi flagrado em investigação da Polícia Federal manipulando maços de dinheiro.

O parlamentar indicou os R$ 2,3 milhões confiscados como "dinheiro em caixa apreendido". Maranhãozinho foi flagrado guardando dinheiro em uma ação policial que instalou câmeras ocultas no escritório político dele. Próximo ao presidente do PL, Valdemar Costa Neto, Josimar Maranhãozinho tenta a reeleição à Câmara e já recebeu R$ 500 mil da cúpula nacional do seu partido para a campanha.

Ex-prefeito de Mauá (SP), Átila Jacomussi (Solidariedade) informou ao TSE ter R$ 87 mil em dinheiro vivo "apreendido em operação federal, devidamente declarado junto à Receita Federal"

O político chegou a ser preso duas vezes, em 2018, no curso de investigações da PF sobre suspeitas de pagamentos de propinas por empresas que prestavam serviços à prefeitura.

Ambos negaram as acusações feitas pela investigação e não têm impedimento para concorrer às eleições deste ano. As candidaturas dos dois aparecem como deferidas pela Justiça Eleitoral.

Pesquisa Genial/Quaest no Rio traz Castro mais líder

O governador do Rio, Cláudio Castro (PL), candidato à reeleição, consolidou sua liderança na campanha fluminense, indica a última pesquisa Genial/Quaest. Com 31% das intenções de voto, ele aparece dez pontos porcentuais à frente de Marcelo Freixo (PSB), que marcou 21%. Foi um aumento na diferença registrada entre os índices registrados pelos dois candidatos na rodada anterior - respectivamente, 25% e 19%. Em terceiro está Rodrigo Neves (PDT), com 7% - antes era 6%.

Cyro Garcia (PSTU) vem em quarto lugar, com 4%. Paulo Ganime (Novo), Juliete Pantoja (Unidade Popular) e Wilson Witzel (Partido da Mulher) têm 2% cada. Eduardo Serra (PCB) e Luiz Eugênio Honorato têm 1%. Indecisos representam 13%. Eleitores que votam em branco, nulo ou que não vão votar são 16%.

Freixo (31%) e Castro (29%) estão tecnicamente empatados na capital. Mas o governador aparece à frente do pessebista na Baixada Fluminense (31% a 16%) e no interior (34% a 12%). Castro também lidera em todas as faixas de renda (24% a 17% até dois salários mínimos; 32% a 22% de dois a cinco; e 39% a 23% mais de cinco). Castro é líder ainda em todos os níveis de escolaridade (25% a 16% no Ensino Fundamental, 34% a 19% no Médio e 34% a 27% no Superior), entre homens (38% a 29%) e mulheres (25% a 21%) e entre católicos (35% a 22%) e evangélicos (35% a 10%).

Teste de biometria das urnas será realizado em 56 urnas de 19 Estados e DF

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, anunciou ontem, 15, que o projeto piloto do teste de integridade de biometria será realizado em 56 urnas eletrônicas localizadas em 19 unidades da federação. O critério para escolha dos Estados foram condições "técnicas" e "logísticas", disse Moraes. O anúncio foi feito durante a simulação realizada nesta quinta no tribunal.

O teste reformulado será aplicado em seções eleitorais do DF e dos seguintes Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Amazonas, Paraná, Rondônia, Santa Catarina e Tocantins. A resolução que reformula o teste de integridade foi aprovada pelo TSE na última terça-feira, 13. Embora o teste de integridade já venha sendo feito desde as eleições de 2002, neste ano a novidade será sua realização com biometria, em local próximo às seções eleitorais. O objetivo da alteração é "tentar aproximar ainda mais o teste de integridade de todo o procedimento que acontece durante a sessão eleitoral".

A reformulação era uma das principais sugestões dos militares para o aperfeiçoamento do sistema eleitoral, mas Moraes ressaltou que ainda não existem indícios de que o teste feito com biometria seja mais confiável do que o atualmente aplicado. "Nós vamos verificar para ver se vale a pena instituir isso para todas as eleições ou se podemos manter o teste como já é feito", disse.

Assessor do PT defende política econômica anticíclica para atrair investimentos

Assessor econômico da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT à Presidência da República, Guilherme Mello saiu em defesa ontem, 15, de uma política econômica anticíclica para atrair investimentos e embalar o crescimento econômico brasileiro. "É só seguir uma regra anticíclica, regra flexível, que priorize investimentos, gastos de boa qualidade, que garanta credibilidade. E para isso precisa de pacto político", afirmou em seminário com representantes dos presidenciáveis em Brasília.

Mello defendeu a construção de um novo arcabouço fiscal, porque o atual, para ele, perdeu credibilidade ao ser alterado sistematicamente. "Precisamos de novo arcabouço fiscal crível, que priorize investimentos e gastos de qualidade. Ao longo do tempo, recupera crescimento, arrecadação, estabiliza dívida pública para em um momento reduzi-la", avaliou, sem detalhar, contudo, qual será a âncora fiscal do PT com o fim do teto de gastos, caso Lula seja eleito em outubro.

O economista ligado ao PT defendeu que a Petrobras se transforme em uma empresa de energia e desenvolva sua capacidade de refino, para evitar ser apenas exportadora de óleo cru. "É repensando papel da Petrobras, como uma empresa de energia, mas também como instrumento de gerenciar choques de custo, como é o atual", declarou.

Programa do governo Bolsonaro, o Auxílio Brasil também foi criticado por Mello. Para ele, a vitrine social do candidato à reeleição é mal desenhada, porque um homem solteiro ganha o mesmo do que uma mãe com três filhos. Além disso, o programa retirou os incentivos à escolarização e à vacinação das crianças, marcas do antigo Bolsa Família, o que é um problema para o economista e deverá ser revertido caso Lula volte ao Palácio do Planalto.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DocuSigned by: Assinado por: AMS EDITORA LTDA:05599976000107 CPF: 95190953815 Data/Hora da Assinatura: 15/09/2022 | 17:56:09 PDT ICP Brasil F30029BECACE477A80F4182020591B34

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publilegal.diariodenoticias.com.br/

DocuSign Envelope ID: 235B6503-6095-45F8-A798-7F62D55A55CE

ECONOMIA

Governo eleva projeção para PIB de 2022, de 2,00% para 2,70%

Acompanhando os diversos agentes econômicos, o Ministério da Economia voltou a aumentar seu otimismo para a alta do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022. A pasta, no entanto, manteve as premissas para atividade no próximo ano em um nível bem superior ao do mercado.

De acordo com a grade de parâmetros divulgada ontem, 15, pela Secretaria de Política Econômica (SPE), a estimativa para a expansão da atividade em 2022 passou de 2,00% para 2,70%. A projeção anterior havia sido elevada no relatório de julho. De acordo com o Boletim Macrofiscal, o aumento na projeção para a atividade econômica em 2022 se deve principalmente ao resultado do segundo trimestre do Produto Interno Bruto (PIB), superior ao estimado e à tendência positiva dos indicadores já divulgados para o terceiro semestre.

"O crescimento da atividade é reflexo do aumento do emprego, do desempenho do setor de serviços e da elevação da taxa de investimento", afirmou o Ministério da Economia.

O ministério manteve as estimativas de crescimento da economia de 2023, 2024, 2025 e 2026: todas em 2,50%.

No último relatório Focus, os analistas de mercado consultados pelo Banco Central estimaram uma alta de 2,39% para o PIB de 2022. Para 2023, a estimativa no Focus é de alta de apenas 0,50% As estimativas de mercado para os anos de 2024 e 2025 estão em 1,80% e 2,00%, respectivamente.

Ministério da Economia reduz projeção para o IPCA em 2022, de 7,20% para 6,30%

O Ministério da Economia revisou para baixo sua projeção para a inflação medida pelo IPCA em 2022. De acordo com a nova grade de parâmetros macroeconômicos da pasta, a estimativa para a alta de preços neste ano recuou de 7,20% para 6,30%.

Para 2023, entretanto, a projeção seguiu em 4,50%, bem abaixo da projeção do mercado. "A partir de 2024, espera-se convergência da inflação (IPCA) para a meta de 3,00%", avaliou a SPE.

No último relatório Focus, os analistas de mercado consultados pelo Banco Central estimaram que o IPCA deve acumular alta de 6,40% em 2022 e de 5,17% em 2023.

Todas as projeções para a inflação em 2022 seguem bem acima do centro da meta deste ano, de 3,50%, que tem uma margem de tolerância de 1,5 ponto porcentual (de 2,00% a 5,00%).

No caso de 2023, a meta é de 3,25%, com margem de 1,5 ponto (1,75% a 4,75%).

INPC - O Ministério da Economia também atualizou a projeção para o INPC - utilizado para a correção do salário mínimo. De acordo com a nova grade de parâmetros macroeconômicos da pasta, a estimativa para a alta do indicador neste ano caiu de 7,41% para 6,54%. Para 2023, a projeção continuou em 4,86%.

IGP-DI - Já a estimativa da Economia para a alta do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) em 2022 passou de 11,51% para 9,44%. Para o próximo ano, a projeção continuou em 4,55%.

Grupo chinês Higer Bus vai abrir fábrica de ônibus elétrico no Ceará

A chinesa Higer Bus vai investir US$ 50 milhões (cerca de R$ 260 milhões) em uma fábrica de ônibus elétricos na região de Pecém, em Fortaleza (CE), de olho no potencial do segmento urbano no País. A montadora já investiu US$ 10 milhões (cerca de R$ 50 milhões) no desenvolvimento de um veículo destinado ao mercado brasileiro, que acaba de receber homologação, e o plano inclui oferecer, num segundo momento, ônibus a hidrogênio montados em território nacional. O grupo prevê ainda produzir, no futuro, caminhões pesados movidos com o combustível localmente.

No Brasil, a companhia é representada pela TEVX Motors Group e o projeto de montagem local prevê o abastecimento de todo o mercado sul-americano. "Identificamos o Brasil e a América do Sul como os maiores mercados no segmento de ônibus urbanos. Em seu plano de expansão, a Higer viu a oportunidade de entrar nesse negócio, principalmente com o projeto de eletrificação dos ônibus de São Paulo", afirma o diretor geral da Higer Bus para América do Sul, Marcelo Barella.

O executivo destaca que a prefeitura de São Paulo tem como compromisso comprar 2,6 mil ônibus elétricos até 2024, o que deve trazer uma importante demanda para o segmento. São José dos Campos (SP) também tem planos de ter uma frota de ao menos 400 ônibus urbanos. E cidades como Curitiba, Niterói (RJ), Recife e Salvador também já iniciaram planos de eletromobilidade.

Fitch eleva projeção de PIB do Brasil em 2022 para 2,5% e reduz para 2023 a 0,8%

A Fitch revisou, quarta-feira, 14, a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil tanto para este ano quanto para o próximo. Em 2022, a atividade econômica brasileira deve ter expansão de 2,5%, ante 1,4% estimado anteriormente. Para 2023, contudo, deve haver uma desaceleração forte, a 0,8%. Antes, a taxa esperada era de 1,0%.

Segundo a agência de risco, a revisão de 2022 se deu por causa de dados mais fortes do que o esperado no segundo trimestre. "A recuperação foi apoiada por um maior fortalecimento do mercado de trabalho, reabertura do setor de serviços, recuperação da produção hidrelétrica após a seca do ano passado, algumas medidas políticas e altos preços das commodities", disse.

Para 2023, a desaceleração é esperada por causa do efeito defasado do aperto da política monetária doméstica, crescimento global também mais lento, condições de financiamento externo mais apertadas e incertezas relacionadas ao ciclo eleitoral de outubro.

"As perspectivas de crescimento também dependerão dos planos e sinais econômicos do próximo governo, principalmente no que diz respeito à política fiscal e ao envolvimento do Estado na economia", informou a Fitch.

Inflação - A agência de classificação de risco projeta que a inflação oficial do Brasil, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), encerre o ano de 2022 com taxa de 6,5%. A desaceleração deve seguir ao longo de 2023, até terminar o ano que vem em 5,2%.

Selic - A Fitch espera que a Selic a 13,75% representa o fim do ciclo de aperto monetário para o Brasil. Com a queda da inflação projetada, o BC deve reduzir a taxa a 10% no fim de 2023 e 8% no encerramento de 2024.

Câmbio - Para a taxa de câmbio, a Fitch projeta que ela encerre os anos de 2022, 2023 e 2024 em R$ 5,20.

IBC-Br sobe 1,17% em julho ante junho e tem maior nível desde dezembro de 2014

(Foto: EBC)

Na comparação entre os meses de julho de 2022 e de 2021, houve crescimento de 3,87% na série sem ajustes sazonais.

Em mais uma surpresa positiva, a economia brasileira apresentou forte crescimento em julho ante junho, conforme o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). O indicador subiu 1,17%, considerando a série livre de efeitos sazonais, marcando o segundo avanço consecutivo, conforme divulgação realizada pelo Banco Central. Em junho, a alta havia sido de 0,93% (dado revisado ontem, 15).

De junho para julho, o índice de atividade calculado pelo BC passou de 143,86 pontos para 145,55 pontos na série dessazonalizada, o maior valor desde dezembro de 2014 (146,22 pontos). O resultado superou o intervalo das estimativas do mercado financeiro coletadas pelo Projeções Broadcast, que iam de alta de 0,10% a avanço de 1,00%, com mediana de 0,50%.

Na comparação entre os meses de julho de 2022 e de 2021, houve crescimento de 3,87% na série sem ajustes sazonais. Esta série registrou 148,86 pontos em julho, o melhor desempenho para o período também desde 2014 (149,85 pontos). O indicador de julho ante o mesmo mês de 2021 ficou fora do intervalo projetado pelos analistas do mercado financeiro consultados pelo Projeções Broadcast, que esperavam de avanço de 2,00% a crescimento de 3,70%, com mediana positiva de 2,75%. Conhecido como uma espécie de prévia do BC para o Produto Interno Bruto (PIB), o IBC-Br serve mais precisamente como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses. A projeção atual do BC para a atividade doméstica em 2022 é de crescimento de 1,7%, conforme o último Relatório Trimestral de Inflação (RTI), que pode ser atualizada no fim deste mês.

Produção agrícola em 2021 bate novo recorde e atinge R$ 743,3 bilhões

(Foto: EBC)

O valor da produção agrícola do país em 2021 bateu novo recorde e alcançou R$ 743,3 bilhões, aumento de 58,6% em relação ao ano anterior.

A área plantada totalizou 86,7 milhões de hectares, o que representou ampliação de quase 3,3 milhões de hectares, área 3,9% superior à registrada em 2020. Após dois anos seguidos de recordes na série, a safra de grãos caiu 0,4% em 2021, com 254,4 milhões de toneladas.

Os dados constam da publicação Produção Agrícola Municipal (PAM) 2021, divulgada ontem (15) pelo IBGE.

Entre as culturas agrícolas que mais contribuíram para esse crescimento, o destaque foi para a soja, que alcançou a marca de 134,9 milhões de toneladas, gerando R$ 341,7 bilhões em valor bruto, acréscimo de 102,1% frente à safra anterior, até então recorde na série histórica. De acordo com a Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério da Economia, a soja foi o segundo produto em valor na pauta de exportação nacional.

Conforme o IBGE, a produção de milho, segundo produto agrícola em valor de produção, apesar da queda de 14,9% no volume produzido, de 88,5 milhões de toneladas, gerou um valor bruto de R$ 116,4 bilhões, superando em 60,7% o registrado em 2020.

De acordo com os pesquisadores, a elevada demanda externa e interna das commodities agrícolas, com o dólar mantendo sua valorização frente ao real, somada à escalada nos preços dos combustíveis, os preços dos principais produtos agrícolas nacionais estabeleceram-se em patamares elevados. Como resultado, a produção agrícola brasileira, em 2021, apresentou novo crescimento no valor de produção.

"O ano foi marcado pela instabilidade climática entre o outono e o inverno, que afetou principalmente o desenvolvimento das culturas de segunda safra em boa parte do território nacional. Culturas como o milho, a cana-de-açúcar e o café apresentaram significativa queda na produção. Os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul foram os mais afetados", informou o IBGE.

Inflação no Brasil tem tendência de queda, mas sob pressão

A inflação no Brasil começa a dar alguns sinais de queda e pode fechar o ano em um patamar menor que o previsto. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), adotado como índice oficial de inflação no país, teve duas reduções seguidas, sendo uma de 0,68% em julho e outra de 0,36% em agosto. Com isso, ele acumula uma alta de 4,39% no ano e 8,73% em 12 meses.

A tendência de queda também aparece na última edição do Boletim Focus, do Banco Central, que analisa e projeta as previsões de indicadores das instituições financeiras do país. Segundo o BC, o IPCA deve ficar em 6,4% no fim deste ano, abaixo da previsão inicial de 6,61% previstos anteriormente, mas ainda acima da meta de 3,5% definida pelo Conselho Monetário Nacional. O mesmo boletim prevê ainda que a inflação oficial deve alcançar 5,17% em 2023, 3,47% em 2024 e 3% em 2025.

A combinação de alguns aspectos dos cenários econômicos internos e externos ajudam a explicar o porquê desta queda nos índices de inflação, após a alta generalizada do dólar, dos alimentos e de insumos como petróleo, fertilizantes, gás e energia elétrica, devido aos desdobramentos da guerra entre a Rússia e a Ucrânia Entre estes aspectos considerados positivos, estão algumas medidas tomadas em nível de governo, como ajustes na cobrança de tributos federais e estaduais.

"Houve uma queda na tributação, onde finalmente o ICMS [Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços] cobrado de itens como combustíveis, energia elétrica e banda larga foram estabelecidos dentro da faixa padrão desse imposto [antes era cobrado na média dos itens supérfluos], causou uma momentânea redução de pressão inflacionária. Porém ocorreu de maneira combinada com uma relativa valorização do real frente ao dólar e principalmente uma tendência de queda do preço do barril de petróleo [que chegou a ser negociado a preços futuros na faixa de 140 dólares e recuou para cerca de 90 dólares]", explicou o economista Edgard Leonardo Meira, professor de Administração do Centro Universitário Tiradentes (Unit Pernambuco).

Ele destaca que os índices de inflação, como o IPCA, podem ser impactados por diversos fatores, como pressões de demanda e de custos, causadas por problemas climáticos, oscilações de preço ou falta de insumos, além das expectativas de inflação e da alta inesperada de custos que impactam na cadeia de produção.

Assessor do PT defende política econômica anticíclica para atrair investimentos

Assessor econômico da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT à Presidência da República, Guilherme Mello saiu em defesa ontem, 15, de uma política econômica anticíclica para atrair investimentos e embalar o crescimento econômico brasileiro. "É só seguir uma regra anticíclica, regra flexível, que priorize investimentos, gastos de boa qualidade, que garanta credibilidade. E para isso precisa de pacto político", afirmou em seminário com representantes dos presidenciáveis em Brasília.

Mello defendeu a construção de um novo arcabouço fiscal, porque o atual, para ele, perdeu credibilidade ao ser alterado sistematicamente. "Precisamos de novo arcabouço fiscal crível, que priorize investimentos e gastos de qualidade. Ao longo do tempo, recupera crescimento, arrecadação, estabiliza dívida pública para em um momento reduzi-la", avaliou, sem detalhar, contudo, qual será a âncora fiscal do PT com o fim do teto de gastos, caso Lula seja eleito em outubro.

O economista ligado ao PT defendeu que a Petrobras se transforme em uma empresa de energia e desenvolva sua capacidade de refino, para evitar ser apenas exportadora de óleo cru. "É repensando papel da Petrobras, como uma empresa de energia, mas também como instrumento de gerenciar choques de custo, como é o atual", declarou. Programa do governo Bolsonaro, o Auxílio Brasil também foi criticado por Mello. Para ele, a vitrine social do candidato à reeleição é mal desenhada, porque um homem solteiro ganha o mesmo do que uma mãe com três filhos. Além disso, o programa retirou os incentivos à escolarização e à vacinação das crianças, marcas do antigo Bolsa Família, o que é um problema para o economista e deverá ser revertido caso Lula volte ao Palácio do Planalto. Mello participa de seminário organizado pelos Conselho Federal de Economia (Cofecon), Conselho Regional de Economia do DF (Corecon-DF) e Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade. A campanha do candidato do PDT, Ciro Gomes, é representada por Nelson Marconi. Os candidatos Jair Bolsonaro (PL), Simone Tebet (MDB) e Luiz Felipe DÁvila (Novo) não enviaram representantes.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DocuSigned by: Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95180953815
Data/Hora da Assinatura: 15/09/2022 | 17:56:15 PDT
ICP Brasil
F30029BECACE477A80F4162020591B34

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publilegal.diariodenoticias.com.br/

DocuSign Envelope ID: 235B6503-6095-45F8-A798-7F62D55A55CE

INTERNACIONAL

Fila para ver corpo da rainha Elizabeth II tem 5 quilômetros em Londres

A fila para ver o caixão da rainha Elizabeth II no Westminster Hall, em Londres, se estende por ao menos 5 quilômetros. Na quarta-feira, 14, o caixão com o corpo da rainha chegou ao Palácio de Westminster onde será velado por cinco dias, em uma cerimônia montada para que os súditos britânicos possam dar um último adeus à monarca mais longeva da História do país.

Alguns enfrentaram a chuva durante o trajeto e outros até dormiram na calçada para garantir seus lugares.

Segundo a agência Reuters, 750 mil pessoas devem esperar até 30 horas para chegar próximo ao corpo da ex-chefe da monarquia britânica e o tamanho da fila pode atingir 16 quilômetros.

Ainda na quarta, uma procissão reunindo os principais integrantes da família real partiu do Palácio de Buckingham com o corpo da rainha em direção à sede do Parlamento, onde o cortejo foi recebido pelo arcebispo de Canterbury.

A marcha solene até Westminster foi acompanhada pelo rei Charles III, que caminhou atrás do caixão por todo o trajeto, por seus irmãos, a princesa Anne, o príncipe Andrew, duque de York, e o príncipe Edward, conde de Wessex, e por seus filhos, o príncipe de Gales, William, e Harry. A rainha consorte, Camilla Parker Bowles, a princesa de Gales, Kate Middleton, e Meghan Markle, esposa de Harry, seguiram o cortejo em um carro oficial.

Ao chegar em Westminster, o caixão da rainha foi posicionado em uma plataforma elevada, conhecida como catafalco, com a cor roxa da realeza. Uma rápida cerimônia foi realizada pelo arcebispo de Canteburry, Justin Welby. Ao fim, o rei Charles III e a rainha consorte retornaram ao Palácio de Buckingham.

Ontem, 15, ao entrar na fila, as pessoas receberão uma pulseira colorida numerada que permitirá que elas saiam brevemente para usar um banheiro ou obter comida e bebida.

Os súditos podem contemplar o caixão, coberto pelo estandarte real e pela coroa imperial, passando em fila em ambos os lados, sem poder parar ou bater fotos.

(Foto: EBC)

Segundo a agência Reuters, 750 mil pessoas devem esperar até 30 horas para chegar próximo ao corpo da ex-chefe da monarquia britânica.

Xi Jinping e Putin se encontram para fortalecer aliança contra Ocidente

(Foto: EBC)

Xi tenta fortalecer sua imagem na busca por um terceiro mandato, no congresso do partido, em novembro.

O presidente da China, Xi Jinping, chegou ontem ao Usbequistão, onde se reunirá com seu colega russo, Vladimir Putin. É a primeira viagem internacional de Xi desde o início da pandemia e o primeiro encontro com Putin desde a invasão da Ucrânia. Os dois devem discutir a "parceria sem limites" acertada por eles em fevereiro, em Pequim.

O motivo da viagem é uma cúpula da Organização de Cooperação de Xangai (SCO, na sigla em inglês), um bloco criado pela China, em 2001, que reúne Rússia e países da Ásia Central. A reunião ocorre no momento em que os dois - Xi e Putin - enfrentam desafios domésticos.

Xi tenta fortalecer sua imagem na busca por um terceiro mandato, no congresso do partido, em novembro, em meio à desaceleração econômica causada pelos rigorosos lockdowns para conter a covid. Putin está cada vez mais atolado na Ucrânia, suas tropas vêm batendo em retirada em algumas partes do país, criando um crescente descontentamento interno com a guerra. Xi e Putin têm um inimigo comum: os EUA e seus aliados ocidentais. Por isso, um eixo Moscou-Pequim faz sentido do ponto de vista diplomático. No entanto, um apoio ainda maior da China à Rússia parece improvável, segundo analistas.

Grupo BEI inicia pagamento de 1,59 bilhão de euros de ajuda à Ucrânia

Os primeiros pagamentos de 500 milhões de euros de assistência à Ucrânia chegaram ao país para atender as necessidades mais urgentes, informou ontem, 15, a Comissão Europeia (CE). Esses fundos fazem parte do segundo pacote de 1,59 bilhão de euros da Resposta Urgente de Solidariedade à Ucrânia, do Banco Europeu de Investimento (BEI), desenvolvido em cooperação com a CE.

O primeiro pacote de ajuda de emergência de 668 milhões de euros foi pago um mês após o início da guerra contra a Rússia.

Ontem, o BEI desembolsou as primeiras parcelas do pacote, 500 milhões de euros, que ajudará o governo ucraniano a cobrir necessidades prioritárias de financiamento de curto prazo, garantir reparos urgentes de estradas, pontes e infraestrutura ferroviária danificadas. Além disso, o objetivo é apoiar empresas estatais estratégicas - Ukravtodor, a agência rodoviária da Ucrânia, e a empresa ferroviária Ukrzaliznytsya. Reparos na rede ferroviária, estradas e pontes ajudarão a Ucrânia a manter pessoas, mercadorias e grãos em circulação. Com a Ucrânia sendo um dos maiores exportadores de grãos do mundo, essas intervenções ajudarão sua economia a se recuperar e melhorar a conectividade com a UE.

(Foto: Divulgação)

Estão com atividades suspensas o Parque Olímpico da Barra da Tijuca e o Complexo Esportivo de Deodoro, ambos situados na zona oeste da capital fluminense.

Tufão Muifa atinge leste da China, deixando 1,6 milhão fora de suas casas

O tufão Muifa atingiu o leste da China, uma região densamente povoada, ontem, 15. Os fortes ventos e a chuva forçaram 1,6 milhão de pessoas a deixar suas casas.

A maioria dos voos no principal aeroporto de Xangai também foi suspensa. Nenhuma morte ou ferimento foi relatado, até o momento

Muifa é o tufão mais forte a atingir Xangai, uma cidade de 25 milhões de habitantes, desde que os registros começaram em 1949, informou a televisão estatal CCTV.

Pelo menos 426 mil pessoas foram evacuadas em Xangai e outras 1,2 milhão foram transferidas para abrigos temporários na província vizinha de Zhejiang, acrescentou a CCTV.

As chuvas causaram engarrafamentos e inundações em áreas do delta do rio Yangtze, um importante centro industrial.

Ondas gigantes atingiram a costa na Baía de Hangzhou, ao sul de Xangai, e a rádio nacional relatou um deslizamento de terra no condado de Ninhai, província de Zhejiang.

Com ventos de até 125 quilômetros por hora, a tempestade atingiu o continente à 00h30 de quinta-feira (hora local) no distrito de Fengxian, em Xangai.

Horas antes, voos do principal centro financeiro da China haviam sido cancelados. Na quarta-feira, Muifa já havia atingido a cidade de Zhoushan, em Zhejiang.

O tráfego aéreo foi retomado lentamente, em Xangai, quando a tempestade se moveu para o norte.

Grupo BEI inicia pagamento de 1,59 bilhão de euros de ajuda à Ucrânia

Os primeiros pagamentos de 500 milhões de euros de assistência à Ucrânia chegaram ao país para atender as necessidades mais urgentes, informou ontem, 15, a Comissão Europeia (CE). Esses fundos fazem parte do segundo pacote de 1,59 bilhão de euros da Resposta Urgente de Solidariedade à Ucrânia, do Banco Europeu de Investimento (BEI), desenvolvido em cooperação com a CE.

O primeiro pacote de ajuda de emergência de 668 milhões de euros foi pago um mês após o início da guerra contra a Rússia. Ontem, o BEI desembolsou as primeiras parcelas do pacote, 500 milhões de euros, que ajudará o governo ucraniano a cobrir necessidades prioritárias de financiamento de curto prazo, garantir reparos urgentes de estradas, pontes e infraestrutura ferroviária danificadas.

Além disso, o objetivo é apoiar empresas estatais estratégicas - Ukravtodor, a agência rodoviária da Ucrânia, e a empresa ferroviária Ukrzaliznytsya. Reparos na rede ferroviária, estradas e pontes ajudarão a Ucrânia a manter pessoas, mercadorias e grãos em circulação. Com a Ucrânia sendo um dos maiores exportadores de grãos do mundo, essas intervenções ajudarão sua economia a se recuperar e melhorar a conectividade com a UE.

Extrema direita fará parte de governo sueco pela 1ª vez

A coalizão entre direita e extrema-direita na Suécia derrotou a aliança de esquerda nas eleições parlamentares. A primeira-ministra, Magdalena Andersson, reconheceu ontem a derrota e anunciou sua renúncia. O líder do Partido Moderado, Ulf Kristersson, assume o cargo.

A vitória é resultado de uma união sem precedentes na política sueca e aconteceu em uma eleição apertada. A coalizão de direita ganhou 176 cadeiras, enquanto a de esquerda, liderada por Andersson, obteve 173. "Obrigado pela confiança. Agora, vamos colocar ordem na Suécia", escreveu Kristersson no Facebook.

Das 176 cadeiras conquistadas, 73 correspondem aos votos recebidos pelos Democratas Suecos (SD), de extrema-direita. É a primeira vez na história do país que uma coalizão de governo precisa do apoio do SD, um partido conhecido pelo discurso anti-imigração. Com 20,6% dos votos, a legenda se tornou a segunda maior do Parlamento. Os moderados, partido de Kristersson, obtiveram 68 assentos.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

XI Jinping e Putin se encontram e destacam 'laços cada vez mais fortes'

O líder chinês, Xi Jinping, e o presidente russo, Vladimir Putin, se encontraram pessoalmente pela primeira vez desde o início da guerra na Ucrânia, enquanto os dois países mostravam laços cada vez mais fortes após grandes reveses no campo de batalha para Moscou.

Putin disse a seu colega chinês na quinta-feira que Moscou valoriza muito o que ele chamou de posição equilibrada de Pequim em relação à crise na Ucrânia.

Ele acrescentou que a China levantou suas preocupações em relação ao conflito e que o Kremlin esclareceria sua posição sobre a Ucrânia, sem dar mais explicações.

"Entendemos suas perguntas e preocupações", afirmou ele, em comentários transmitidos pela televisão estatal russa a partir da reunião, que ocorreu em uma cúpula da Organização de Cooperação de Xangai no Uzbequistão.

Putin também criticou os Estados Unidos pelas "provocações" em Taiwan e disse que Moscou aderiria à sua política de "One China", que afirma que a República Popular da China é o único governo legítimo do país.

Com a segunda maior economia do mundo e um interesse compartilhado em combater o Ocidente, a China pode ser o parceiro mais importante da Rússia, já que Moscou enfrenta muitas sanções econômicas internacionais.

Em seu último encontro, pouco antes do início da guerra, os dois líderes declararam que a relação entre os dois países "não tem limites".

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DocuSigned by:
Diário de Notícias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Data/Hora da Assinatura: 15/09/2022 | 17:56:21 PDT
ICP Brasil
F30028BECACE477A80F4162020591B34

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publilegal.diariodenoticias.com.br/

DocuSign Envelope ID: 235B6503-6095-45F8-A798-7F62D55A55CE

CONTEXTO JURÍDICO

Violência policial para obtenção de flagrante leva Sexta Turma a absolver réu e a comunicar MP e PM do Rio

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) restabeleceu a sentença que havia absolvido um réu da acusação de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, em razão do reconhecimento da nulidade do flagrante obtido por policiais militares do Rio de Janeiro. Na abordagem, os agentes da Polícia Militar teriam utilizado violência desnecessária contra o acusado, que não ofereceu resistência.

Além de conceder o habeas corpus, o colegiado determinou a remessa da decisão ao Ministério Público do Rio de Janeiro e à Corregedoria da Polícia Militar do estado, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

"Fechar os olhos para a má-cula decorrente do desrespeito à integridade física do acusado, na ocasião do flagrante que culminou com a instauração de ação penal contaminada, vai contra o sistema acusatório e os princípios do Estado Democrático de Direito, que considera a referida garantia de fundamentalidade formal e material", afirmou o relator do habeas corpus, ministro Sebastião Reis Júnior.

De acordo com o processo, um dos policiais disse que, durante patrulhamento, avistou um homem que estaria segurando uma arma de fogo. Ao perceber a chegada da polícia, ele teria jogado a arma no chão e se rendido. Por seu turno, o acusado afirmou que, mesmo sem oferecer resistência, foi agredido por um dos agentes com um chute no rosto.

Risco de grave dano a Niterói (RJ) leva STJ a suspender repasse de royalties do petróleo para outros municípios

Por verificar a possibilidade de grave lesão ao orçamento e o risco à prestação de serviços essenciais no município de Niterói (RJ), a presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Thereza de Assis Moura, suspendeu os efeitos da tutela de urgência que garantia aos municípios fluminenses de São Gonçalo, Magé e Guapimirim o recebimento de royalties do petróleo, em razão de sentença que determinou a inclusão dos três na zona de produção principal do Rio de Janeiro.

Na decisão, a ministra considerou, entre outros fundamentos, que a manutenção dos repasses poderia causar, apenas em 2022, impacto negativo de mais de R$ 1 bilhão para Niterói - valor correspondente a quase um quarto do orçamento anual do município.

(Foto: STJ)

Na decisão, a ministra Maria Thereza de Assis Moura considerou, entre outros fundamentos, que a manutenção dos repasses poderia causar, apenas em 2022, impacto negativo de mais de R$ 1 bilhão para Niterói.

A suspensão vale até o trânsito em julgado da ação ajuizada pelos três municípios contra a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No processo, os municípios alegaram que teriam direito aos royalties da parcela excedente a 5% e da participação especial, por estarem nos limites de campos produtores no estado, nos termos do Decreto 2.705/1998.

Na sentença - por meio da qual também foi concedida a tutela de urgência -, a 21ª Vara Federal do Distrito Federal entendeu que a situação dos autos se assemelhava ao caso do município de São Sebastião (SP), em que houve decisão para reajustar as linhas geodésicas para fins de divisão dos royalties - o que, para o juízo, permitiria a aplicação do mesmo critério no processo envolvendo os municípios do Rio.

O município de Niterói interpôs recurso de apelação, na condição de terceiro prejudicado, e pediu a concessão de efeito suspensivo à sua impugnação, mas a decisão cautelar foi mantida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1).

Município comprovou risco à execução de serviços essenciais à população - No pedido de suspensão da tutela de urgência, Niterói alegou que a decisão de primeiro grau poderia comprometer suas metas fiscais, além de atingir a população diretamente beneficiada pelos recursos oriundos dos royalties.

Segundo a ministra Maria Thereza de Assis Moura, o requerente, por meio de prova documental, demonstrou que a decisão cautelar traria grave lesão à ordem pública e à economia municipal, comprometendo, inclusive, a execução de serviços fundamentais para a população.

Por outro lado, a presidente do STJ apontou que a suspensão do repasse de recursos dos royalties não traz impacto imediato para os outros municípios, tendo em vista que, até então, eles não eram beneficiados com essa receita. Além disso, a magistrada observou que os três municípios poderão propor ação de indenização, caso a sentença do processo originário seja confirmada pelas instâncias superiores.

Mais alterações da Lei de Improbidade Administrativa são questionadas no STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu mais duas ações contra as alterações na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992), desta vez relativas à responsabilização por abusos cometidos no âmbito da administração pública.

As Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 7236 e 7237 foram distribuídas, por prevenção, ao ministro Alexandre de Moraes, relator de outras ações sobre a lei.

As autoras das ações são a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), que contestam mudanças introduzidas na Lei 8.429/1992 pela Lei 14.230/2021. Entre os pontos questionados, está a exclusão da possibilidade de responsabilização do agente público por atos culposos de improbidade administrativa e a exclusão da ilicitude em caso de divergência na interpretação da lei baseada em jurisprudência não pacificada, além da restrição à sanção de perda da função pública.

As associações alegam que essas mudanças indicam usurpação de atribuições dos Ministérios Públicos Federal e estaduais, ao prever novos deveres a seus membros por meio de lei ordinária. Isso, por sua vez, viola a independência e a autonomia funcional garantidas ao MP pela Constituição Federal.

Outro argumento é o de que as normas alteram de forma substancial o sistema de responsabilidade jurídica de agentes públicos por atos de improbidade.

Ação de despejo é a via processual adequada para comprador tomar posse de imóvel locado

(Foto: STJ)

Relator do processo no STJ, o ministro Ricardo Villas Bôas Cueva ressaltou que a alienação do imóvel permite ao comprador a denúncia do contrato de locação.

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que o meio adequado para ter a posse do bem, no caso de aquisição de imóvel locado, é a ação de despejo, não servindo para esse propósito a ação de imissão na posse. O entendimento teve origem em ação de imissão na posse ajuizada pela compradora de um imóvel alugado, após denúncia do contrato de locação firmado pelos antigos proprietários, com o objetivo de entrar na posse do bem.

A autora alegou que o contrato não estava averbado na matrícula do imóvel e que o locatário não respondeu às tentativas de renovação do aluguel, não pagou as parcelas em atraso nem restituiu o imóvel.

Por seu turno, o locatário apontou a inviabilidade do instrumento processual manejado pela nova proprietária, pois, com base nos artigos 5º e 8º da Lei 8.245/1991, a ação adequada seria a de despejo, independentemente do fundamento do término da locação.

Alienação do imóvel durante a relação locatícia não rompe a locação - Relator do processo no STJ, o ministro Ricardo Villas Bôas Cueva ressaltou que a alienação do imóvel permite ao comprador a denúncia do contrato de locação (artigo 8º da Lei 8.245/1991), tendo em vista o princípio da relatividade dos efeitos contratuais (as estipulações do contrato só produzem efeitos entre as partes contratantes).

Entretanto, ele observou que o artigo 5º da Lei 8.245/1991 é expresso ao determinar que a exigência da posse por quem adquire imóvel alugado seja feita em ação de despejo, porque a alienação durante a relação locatícia não rompe a locação, que continuará tendo existência e validade.

Reclamação por descumprimento de IAC não exige esgotamento das instâncias ordinárias

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que não se exige o esgotamento das instâncias ordinárias como pressuposto para o conhecimento da reclamação fundamentada em descumprimento de acórdão prolatado em Incidente de Assunção de Competência (IAC).

O entendimento foi adotado na análise de reclamação na qual a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) apontou possível descumprimento, pelo juízo da 2ª Vara Cível Federal de Goiânia, do acórdão proferido pelo STJ no IAC 5 (REsp 1.799.343).

A reclamante sustentou que o juízo teria se equivocado ao afastar a competência da Justiça do Trabalho para julgar ação em que um grupo de ex-funcionários aposentados questiona a validade de acordo coletivo que alterou os benefícios de auxílio à saúde fornecidos anteriormente na modalidade autogestão - hipótese que se amoldaria exatamente à exceção prevista no IAC 5.

Por seu lado, os aposentados, além de defenderem a continuação do processamento da ação na Justiça Federal, alegaram não caber a reclamação, visto que não houve esgotamento da instância ordinária, conforme estaria regulado no artigo 988, parágrafo 5º, II, do Código de Processo Civil (CPC/2015).

Terceira Seção definirá critérios para busca domiciliar sem mandado nem consentimento do morador

A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai definir, sob o rito dos recursos repetitivos, os critérios para a configuração de justa causa apta a validar o ingresso de policiais em domicílio sem prévia autorização judicial e sem consentimento do morador.

O relator do recurso especial selecionado como representativo da controvérsia - REsp 1.990.972 - é o ministro Rogerio Schietti Cruz.

A questão submetida a julgamento foi cadastrada no sistema de recursos repetitivos do STJ como Tema 1.163, com a seguinte redação: "Saber se a simples fuga do réu para dentro da residência ao avistar os agentes estatais e/ou a mera existência de denúncia anônima acerca da possível prática de delito no interior do domicílio, desacompanhada de outros elementos preliminares indicativos de crime, constituem ou não, por si sós, fundadas razões (justa causa) a autorizar o ingresso dos policiais em seu domicílio, sem prévia autorização judicial e sem o consentimento válido do morador".

Multiplicidade de processos justifica afetação

Segundo Schietti, a multiplicidade de casos semelhantes que chegam ao STJ justifica a necessidade de estabelecer um precedente qualificado sobre a presença ou não de justa causa (fundadas razões) para o ingresso dos agentes estatais no domicílio sem prévia ordem judicial e sem comprovação de consentimento válido do morador.

STF mantém proibição à propaganda de cigarros e advertências na embalagem

Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou válidos dispositivos legais que restringem a propaganda comercial de tabaco e preveem advertências sanitárias na embalagem dos produtos. A decisão se deu em sessão virtual finalizada em 13/9, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3311, ajuizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A norma mais recente sobre a matéria proibiu a propaganda visual nos locais de venda, permitindo a exposição dos produtos. Também aumentou o espaço para a advertência sobre os malefícios do fumo, que deve cobrir toda a face posterior e uma das laterais das embalagens. Para a entidade, os dispositivos ferem, entre outros pontos, a liberdade de expressão, de informação, de iniciativa econômica e de concorrência.

Riscos do consumo - Em seu voto pela improcedência do pedido, a relatora, ministra Rosa Weber, apontou que a restrição à propaganda e as advertências sanitárias são medidas eficazes no combate à "epidemia do tabaco", responsável por 161.853 mortes anuais no Brasil. Ela destacou que, de acordo com o artigo 220 da Constituição Federal, a propaganda do tabaco está sujeita a restrições, e cabe ao legislador federal garantir à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem da propaganda de produtos que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente. A presidente do STF observou, ainda, que a legislação brasileira e internacional para controle do uso do tabaco na perspectiva da saúde pública tem suporte nos estudos científicos sobre os riscos e os impactos do consumo desses produtos. Segundo ela, as políticas de controle e combate ao fumo empreendidas ao longo dos anos visam desestimular o consumo, limitando a propaganda e informando o consumidor dos riscos decorrentes.

Prescrição ocorrida após a coexistência de dívidas não impede a compensação, define STJ

Para a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a prescrição só impede a compensação de dívidas se ocorrer antes do momento de coexistência das obrigações. Dessa forma, segundo o colegiado, se o prazo prescricional for atingido após o período da simultaneidade dos débitos, não haverá problema para a compensação.

O entendimento foi estabelecido em recurso originado de embargos à execução opostos por dois clientes contra o fundo de pensão responsável por financiar a compra de um imóvel.

Segundo os autos, a financiadora ajuizou execução de título extrajudicial em agosto de 2015 porque, desde janeiro de 2004, os clientes deixaram de pagar as parcelas do bem adquirido em 1991, de modo que a dívida venceu antecipadamente, alcançando o valor de mais de R$ 1 milhão.

Em contrapartida, os clientes, apontando excesso de execução, sustentaram que o valor das prestações estava em desacordo com o contratado e que a instituição responsável pelo financiamento se apropriou da reserva previdenciária de um deles, havendo uma compensação integral do débito - sendo cabível, inclusive, a restituição do indébito em montante superior a R$ 400 mil. Para apurar o excesso e o montante de restituição, eles postularam a realização de perícia técnica.

Em primeiro grau, o juiz negou o pedido de produção de provas e declarou a prescrição da pretensão dos clientes de receber as contribuições previdenciárias cobradas de forma supostamente indevida. A decisão foi mantida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, segundo o qual a repetição de indébito também não poderia ser pleiteada em embargos à execução.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DocuSigned by:
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Data/Hora da Assinatura: 15/09/2022 | 17:56:27 PDT
ICP Brasil
F30028BECACE477A80F4162020591B34

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publilegal.diariodenoticias.com.br/*

DocuSign Envelope ID: 235B6503-6095-45F8-A798-7F62D55A55CE

PUBLICIDADE LEGAL

NK 151 Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/ME N° 44.394.264/0001-42 - NIRE 35.300.581.130

Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 13/09/2022

1. Data, Hora e Local: Realizada em 13/09/2022, às 11h, na sede social da NK 151 Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo/SP, na Alameda Santos, nº 1293, 4º andar, conjunto 42, CEP 01419-904. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, parágrafo 4°, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") tendo em vista a presença do **BBFI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** *(nova denominação social do Uberaba 31 Fundo de Investimento em Participacoes Multiestrategia)*, fundo de investimento em participações devidamente constituído e registrado perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, conforme alterada ("Instrução CVM 578"), inscrito no CNPJ/ME sob nº 44.613.280/0001-89, neste ato devidamente representado por sua gestora e administradora, **REAG Administradora de Recursos Ltda.**, sociedade empresária de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, 17º andar, Conjunto 1702, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.863.529/0001-34, autorizada pela CVM para administrar carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório nº 15.170, de 12 de agosto de 2016 ("REAG"), acionista representando a totalidade do capital social da Companhia ("Acionista"), conforme assinaturas na presente ata. **3. Composição da Mesa**: Presidente: Leonardo Luis do Carmo; e Secretária: Cristina da Silva de Camargo. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a redução de capital social da Companhia, por considerá-lo excessivo às suas efetivas necessidades; **(ii)** reforma do estatuto social da Companhia de modo a refletir a redução de capital da Companhia conforme item (i) acima; e **(iii)** autorização à administração da Companhia, especialmente aos seus diretores atualmente investidos e com mandato em vigor **(Leonardo Luis do Carmo -** CPF/ME: 368.430.348-88 e **Cristina da Silva de Camargo -** CPE/ME: 366.120.028-32) e/ou seus procuradores, para exercer ou praticar todo e qualquer ato conveniente e/ou necessário para a formalização e/ou implementação das deliberações referentes às matérias dos itens anteriores. **5. Deliberações:** Após análise das matérias objeto da ordem do dia, o Acionista deliberou, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, o quanto segue: **5.1.** Aprovar a redução do capital da Companhia no valor de **R$10.365.152,00 (dez milhões, trezentos e sessenta e cinco mil e cento e cinquenta e dois reais)**, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, por considerá-lo excessivo às suas efetivas necessidades, com o cancelamento de **10.365.152 (dez milhões, trezentos e sessenta e cinco mil e cento e cinquenta e duas)** ações representativas do capital social da Companhia. Dessa forma, o capital social da Companhia passará dos atuais R$10.459.648,00 (dez milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e quarenta e oito reais) divido em 10.459.648 (dez milhões, quatrocentas e cinquenta e nove mil, seiscentas e quarenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal **para R$94.496,00 (noventa e quatro mil, quatrocentos e noventa e seis reais)** divido em **94.496 (noventa e quatro mil, quatrocentas e noventa e seis)** ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em consequência da redução do capital ora aprovada, o valor das ações canceladas será restituído ao Acionista, em moeda corrente nacional, no valor de R$1,00 (um real) por ação. A redução de capital só se tornará efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação desta ata, nos termos do art. 174 da Lei das Sociedades por Ações. **5.2.** Em virtude da redução do capital social da Companhia aprovado nos termos do item 5.1 acima, aprovar a alteração do *caput* do artigo 5º do estatuto social da Companhia, para fazer constar o valor atualizado do capital social da Companhia, sendo certo que o referido caput passará a vigorar com a seguinte redação, uma vez que a redução de capital se torne efetiva: *"**Artigo Quinto:** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$94.496,00 (noventa e quatro mil, quatrocentos e noventa e seis reais), representado por 94.496 (noventa e quatro mil, quatrocentas e noventa e seis) ações, sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* **5.3.** Aprovar a autorização à administração da Companhia, especialmente aos seus diretores atualmente investidos e com mandato em vigor (**Leonardo Luis do Carmo -** CPF/ME: 368.430.348-88 e **Cristina da Silva de Camargo -** CPE/ME: 366.120.028-32) e/ou seus procuradores, para exercer ou praticar todo e qualquer ato conveniente e/ou necessário para a formalização e/ou implementação das deliberações tomadas nesta assembleia. **6. Esclarecimentos:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, e sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto no artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. São Paulo, 13 de setembro de 2022. **Mesa**: **Mesa**: **Leonardo Luis do Carmo -** Presidente. **Cristina da Silva de Camargo -** Secretária. **Acionista: BBFI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** *(nova denominação social do Uberaba 31 Fundo de Investimento em Participacoes Multiestrategia)*, **neste ato representado por sua gestora e administradora Reag Administradora de Recursos Ltda.** Por: Ramon Pessoa Dantas - Cargo: Administrador.

NK 150 Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/ME N° 44.379.186/0001-07 - NIRE 35.300.581.008

Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 13/09/2022

1. Data, Hora e Local: Realizada em 13/09/2022, às 10h30, na sede social da NK 150 Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo/SP, na Alameda Santos, nº 1293, 4º andar, conjunto 42, CEP 01419-904. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, parágrafo 4°, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") tendo em vista a presença do **BBFI Fundo de Investimento em Participações MultiestratégiA** *(nova denominação social do Uberaba 31 Fundo de Investimento em Participacoes Multiestrategia)*, fundo de investimento em participações devidamente constituído e registrado perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, conforme alterada ("Instrução CVM 578"), inscrito no CNPJ/ME sob nº 44.613.280/0001-89, neste ato devidamente representado por sua gestora e administradora, **REAG Administradora de Recursos Ltda.**, sociedade empresária de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, 17º andar, Conjunto 1702, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.863.529/0001-34, autorizada pela CVM para administrar carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório nº 15.170, de 12 de agosto de 2016 ("REAG"), acionista representando a totalidade do capital social da Companhia ("Acionista"), conforme assinaturas na presente ata. **3. Composição da Mesa**: Presidente: Leonardo Luis do Carmo; e Secretária: Cristina da Silva de Camargo. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a redução de capital social da Companhia, por considerá-lo excessivo às suas efetivas necessidades; **(ii)** reforma do estatuto social da Companhia de modo a refletir a redução de capital da Companhia conforme item (i) acima; e **(iii)** autorização à administração da Companhia, especialmente aos seus diretores atualmente investidos e com mandato em vigor (LEONARDO LUIS DO CARMO - CPF/ME: 368.430.348-88 e **Cristina da Silva de Camargo** - CPE/ME: 366.120.028-32) e/ou seus procuradores, para exercer ou praticar todo e qualquer ato conveniente e/ou necessário para a formalização e/ou implementação das deliberações referentes às matérias dos itens anteriores. **5. Deliberações:** Após análise das matérias objeto da ordem do dia, o Acionista deliberou, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, o quanto segue: **5.1.** Aprovar a redução do capital da Companhia no valor de **R$24.946.190,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e quarenta e seis mil, cento e noventa reais)**, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, por considerá-lo excessivo às suas efetivas necessidades, com o cancelamento de **24.946.190 (vinte e quatro milhões, novecentas e quarenta e seis mil, cento e noventa)** ações representativas do capital social da Companhia. Dessa forma, o capital social da Companhia passará dos atuais R$27.556.286,00 (vinte e sete milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, duzentos e oitenta e seis reais) divido em 27.556.186 (vinte e sete milhões, quinhentas e cinquenta e seis mil, cento e oitenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal **para R$2.610.096,00 (dois milhões, seiscentos e dez mil e noventa e seis reais)** divido em **2.610.096 (dois milhões, seiscentos e dez mil e noventa e seis)** ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em consequência da redução do capital ora aprovada, o valor das ações canceladas será restituído ao Acionista, em moeda corrente nacional, no valor de R$1,00 (um real) por ação. A redução de capital só se tornará efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação desta ata, nos termos do art. 174 da Lei das Sociedades por Ações. **5.2.** Em virtude da redução do capital social da Companhia aprovado nos termos do item 5.1 acima, aprovar a alteração do *caput* do artigo 5º do estatuto social da Companhia, para fazer constar o valor atualizado do capital social da Companhia, sendo certo que o referido caput passará a vigorar com a seguinte redação, uma vez que a redução de capital se torne efetiva: *"**Artigo Quinto:** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$2.610.096,00 (dois milhões, seiscentos e dez mil e noventa e seis reais), representado por 2.610.096 (dois milhões, seiscentos e dez mil e noventa e seis) ações, sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* **5.3.** Aprovar a autorização à administração da Companhia, especialmente aos seus diretores atualmente investidos e com mandato em vigor (**Leonardo Luis do Carmo -** CPF/ME: 368.430.348-88 e **Cristina da Silva de Camargo -** CPE/ME: 366.120.028-32) e/ou seus procuradores, para exercer ou praticar todo e qualquer ato conveniente e/ou necessário para a formalização e/ou implementação das deliberações tomadas nesta assembleia. **6. Esclarecimentos:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, e sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto no artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. São Paulo, 13 de setembro de 2022. **Mesa**: **Leonardo Luis do Carmo -** Presidente. **Cristina da Silva de Camargo -** Secretária. **Acionista: BBFI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** *(nova denominação social do Uberaba 31 Fundo de Investimento em Participacoes Multiestrategia)*, **neste ato representado por sua gestora e administradora Reag Administradora de Recursos Ltda.** Por: Ramon Pessoa Dantas - Cargo: Administrador.

NK 149 Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/ME N° 44.392.241/0001-07 - NIRE 35.300.581.156

Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 13/09/2022

1. Data, Hora e Local: Realizada em 13/09/2022, às 10h, na sede social da NK 149 Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo/SP, na Alameda Santos, nº 1293, 4º andar, conjunto 42, CEP 01419-904. **2. Convocação E Presença:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, parágrafo 4°, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") tendo em vista a presença do **BBFI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** *(nova denominação social do Uberaba 31 Fundo de Investimento em Participacoes Multiestrategia)*, fundo de investimento em participações devidamente constituído e registrado perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, conforme alterada ("Instrução CVM 578"), inscrito no CNPJ/ME sob nº 44.613.280/0001-89, neste ato devidamente representado por sua gestora e administradora, **REAG Administradora de Recursos Ltda.**, sociedade empresária de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, 17º andar, Conjunto 1702, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.863.529/0001-34, autorizada pela CVM para administrar carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório nº 15.170, de 12 de agosto de 2016 ("REAG"), acionista representando a totalidade do capital social da Companhia ("Acionista"), conforme assinaturas na presente ata. **3. Composição da Mesa**: Presidente: Leonardo Luis do Carmo; e Secretária: Cristina da Silva de Camargo. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a redução de capital social da Companhia, por considerá-lo excessivo às suas efetivas necessidades; **(ii)** reforma do estatuto social da Companhia de modo a refletir a redução de capital da Companhia conforme item (i) acima; e **(iii)** autorização à administração da Companhia, especialmente aos seus diretores atualmente investidos e com mandato em vigor (**Leonardo Luis do Carmo** - CPF/ME: 368.430.348-88 e **Cristina da Silva De Camargo -** CPE/ME: 366.120.028-32) e/ou seus procuradores, para exercer ou praticar todo e qualquer ato conveniente e/ou necessário para a formalização e/ou implementação das deliberações referentes às matérias dos itens anteriores. **5. Deliberações:** Após análise das matérias objeto da ordem do dia, o Acionista deliberou, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, o quanto segue: **5.1.** Aprovar a redução do capital da Companhia no valor de **R$29.033.507,00 (vinte e nove milhões, trinta e três mil, quinhentos e sete reais)**, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, por considerá-lo excessivo às suas efetivas necessidades, com o cancelamento de **29.033.507 (vinte e nove milhões, trinta e três mil, quinhentas e sete)** ações representativas do capital social da Companhia. Dessa forma, o capital social da Companhia passará dos atuais R$32.094.365,00 (trinta e dois milhões, noventa e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais) divido em 32.094.365 (trinta e duas milhões, noventa e quatro mil, trezentas e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal **para R$3.060.858,00 (três milhões, sessenta mil, oitocentos e cinquenta e oito reais)** divido em **3.060.858 (três milhões, sessenta mil, oitocentos e cinquenta e oito)** ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em consequência da redução do capital ora aprovada, o valor das ações canceladas será restituído ao Acionista, em moeda corrente nacional, no valor de R$1,00 (um real) por ação. A redução de capital só se tornará efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação desta ata, nos termos do art. 174 da Lei das Sociedades por Ações. **5.2.** Em virtude da redução do capital social da Companhia aprovado nos termos do item 5.1 acima, aprovar a alteração do *caput* do artigo 5º do estatuto social da Companhia, para fazer constar o valor atualizado do capital social da Companhia, sendo certo que o referido caput passará a vigorar com a seguinte redação, uma vez que a redução de capital se torne efetiva: *"**Artigo Quinto:** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$3.060.858,00 (três milhões, sessenta mil, oitocentos e cinquenta e oito reais), representado por 3.060.858 (três milhões, sessenta mil, oitocentos e cinquenta e oito) ações, sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* **5.3.** Aprovar a autorização à administração da Companhia, especialmente aos seus diretores atualmente investidos e com mandato em vigor (**Leonardo Luis do Carmo** - CPF/ME: 368.430.348-88 e **Cristina da Silva de Camargo** - CPE/ME: 366.120.028-32) e/ou seus procuradores, para exercer ou praticar todo e qualquer ato conveniente e/ou necessário para a formalização e/ou implementação das deliberações tomadas nesta assembleia. **6. Esclarecimentos:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, e sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto no artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. São Paulo, 13 de setembro de 2022. **Mesa**: **Leonardo Luis do Carmo -** Presidente. **Cristina da Silva de Camargo -** Secretária. **Acionista: BBFI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** *(nova denominação social do Uberaba 31 Fundo de Investimento em Participacoes Multiestrategia)*, **neste ato representado por sua gestora e administradora Reag Administradora De Recursos Ltda.** Por: Ramon Pessoa Dantas - Cargo: Administrador.

RODOVIÁRIA PIRENEUS LTDA.

NIRE 35.201.020.695 – CNPJ n.º 60.698.057/0001-38

Edital de Convocação – Reunião de Sócios Quotistas

Ficam convocados os sócios quotistas desta empresa a participarem da Reunião de Sócios a se realizar no dia 26 de setembro de 2022, às 11,00 horas, na Av. Corifeu de Azevedo Marques, nº 3.931, 1º andar, CEP- 05339-001, na Capital do Estado de São Paulo a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Ingresso de herdeiros; b) Nomeação de representante na Argentina; c) Alteração de objeto social; d) Alteração de denominação social; e) Outros assuntos de interesse social.
São Paulo, 13 de setembro de 2022 (15, 16, 17)

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDURI - SP

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 021/2022

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais de ferro e aço, necessários para a demanda do município, pelo prazo de 12 meses. **Data de abertura da sessão: 30 de setembro de 2022, às 09h30min horas**. Edital disponível no sítio eletrônico www.manduri.sp.gov.br e www.bllcompras.org.br. Local: Bolsa de Licitações e Leilões – BLL. **Maiores informações:** Setor de Licitações da Prefeitura – Rua Bahia n. 233, Fone/fax (14) 3356-9200, Manduri/SP.

Município de Manduri, 15 de setembro de 2022. **José Onivaldo Justi - PREFEITO MUNICIPAL**

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL N. 021/2022

Objeto: Registro de preço para eventual contratação de mão de obra para recolocação e/ou implantação de cercas de arames provisórias e definitivas, inclusive palanques, em estrada rural deste Município, pelo prazo de 12 meses. **Data de abertura da sessão:** 03 de outubro de 2022, às 09h00min horas. **Edital completo e maiores informações:** Setor de Licitações da Prefeitura – Rua Bahia n. 233, Fone/fax (14) 3356-9200, Manduri/SP, ou download gratuito no sítio eletrônico: www.manduri.sp.gov.br

Município de Manduri, 15 de setembro de 2022. **José Onivaldo Justi - PREFEITO MUNICIPAL**

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 020/2022

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais elétricos e similares, pelo prazo de 12 meses. **Data de abertura da sessão: 29 de setembro de 2022, às 09h30min horas**. Edital disponível no sítio eletrônico www.manduri.sp.gov.br e www.bllcompras.org.br. **Local:** Bolsa de Licitações e Leilões – BLL. **Maiores informações:** Setor de Licitações da Prefeitura – Rua Bahia n. 233, Fone/fax (14) 3356-9200, Manduri/SP.

Município de Manduri, 15 de setembro de 2022. **José Onivaldo Justi - PREFEITO MUNICIPAL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

NOTIFICAÇÃO - Ficam NOTIFICADOS os interessados no PREGÃO PRESENCIAL Nº. 144/2022, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE UNIFORMES E SEUS COMPLEMENTOS, DESTINADOS AO EFETVO DE AGENTES DE TRÂNSITO E SERVIDORES, NOS TERMOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE de que a reabertura da sessão se dará no dia 20.09.2022 às 14:30 horas, ocasião em que será dado o devido prosseguimento legal. Bragança Paulista, 15 de setembro de 2022. MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitação Compras e Almoxarifados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 070/22 – Objeto - Aquisição de equipamentos hospitalares através da Emenda Parlamentar nº 14018.974000/1200-16, conforme descritivo do anexo I deste edital, do tipo **MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM. CADASTRAMENTO e ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS:** Cadastro de Propostas Iniciais: **09:00 horas do dia 16/09/22 até às 09:00 horas do dia 28/09/22.** Abertura de Propostas Iniciais**: 28/09/22 às 09:05 horas.** O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.bbmnetlicitacoes.com.br ou solicitado pelo e-mail: pregão@campolimpopaulista.sp.gov.br. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8358/4039-8326 ou diretamente na Diretoria de Administração desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

Alynne Silva Sousa
Secretária Municipal de Saúde

PARAMOUNT TÊXTEIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Companhia Fechada - CNPJ/ME nº 61.565.222/0001-46

Aviso Aos Acionistas - Pagamento de Dividendos

Comunicamos aos Srs. Acionistas que, a partir de 30/09/2022, iniciaremos o pagamento dos dividendos abaixo discriminados, conforme deliberado Assembleia Geral Ordinária realizada em 29/04/2022. **1. Juros Remuneratórios Sobre o Capital Próprio.** R$ 3,55 por lote de 1.000 ações ordinárias e preferenciais representativas da totalidade do Capital Social de R$ 72.459.917,00, a título de dividendos, no montante total de R$ 1.258.508,50. **2. Instruções Quanto aos Créditos.** a) Os Acionistas terão seus créditos disponíveis na data de início do pagamento desse direito, de acordo com a conta-corrente e domicílio bancário fornecidos ao Banco Itaú S/A. - Instituição Depositária de Ações. b) Os Acionistas com cadastro desatualizado terão seus valores creditados a partir do 3º dia útil após a efetivação da respectiva atualização nos arquivos eletrônicos do referido Banco. c) Os Acionistas que eventualmente ainda detenham certificados representativos de ações ao portador, deverão apresentá-los para conversão de suas ações para a forma escritural, conforme Lei nº 8.021/90. **3. Local de Atendimento**. Serviço de Atendimento a Acionistas do Banco Itaú S/A., no horário bancário, sito à Rua Boa Vista nº 185, 6º andar - São Paulo/SP - CEP 01092-900, ou qualquer outra agência especializada no atendimento a acionistas. São Paulo, 13 de setembro de 2022. **Luiz Arthur Pacheco de Castro - Diretor de Relações com Investidores.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

AVISO DE EDITAL RETIFICADO I
Edital nº 169 de 30 de agosto de 2022.
Pregão Eletrônico nº 144/2022

Objeto: Aquisição de materiais de informática para serem utilizados pela Secretaria Municipal de e Planejamento – Abertura da sessão passa a ser: 29/09/2022 às 09:00 horas – O edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.itaquaquecetuba.sp.gov.br, ou www.comprasgovernamentais.gov.br e lidos ou obtidos mediante entrega de 01 (um) CDR-ROM do tipo CDR-80, virgem e lacrado no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, sito à Av. Vereador João Fernandes da Silva nº 190, Vila Virginia, Itaquaquecetuba – SP, nos dias úteis, no horário das 8:00 às 16:00 horas. Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531.

Mário Toyama – Secretário Municipal de Administração e Modernização
Itaquaquecetuba, 15 de setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

NOTIFICAÇÃO - Ficam NOTIFICADOS os interessados no PREGÃO PRESENCIAL Nº. 112/2022, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS EM ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS de que a reabertura da sessão se dará no dia 21.09.2022 às 14:30 horas, ocasião em que será dado o devido prosseguimento legal. Bragança Paulista, 15 de setembro de 2022. MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitação Compras e Almoxarifados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 073/22 – Objeto - Contratação de empresa para fornecimento de 01 veículo tipo Van, zero quilômetro, através da Emenda Parlamentar nº 14018.974000117003 destinado a atender a Secretaria Municipal de Saúde para transporte de pacientes, conforme descritivo constante do Anexo I deste Edital, do tipo **MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM. CADASTRAMENTO e ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS:** Cadastro de Propostas Iniciais: **09:00 horas do dia 16/09/22 até às 09:00 horas do dia 29/09/22.** Abertura de Propostas Iniciais**: 29/09/22 às 09:05 horas.** O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.bbmnetlicitacoes.com.br ou solicitado pelo e-mail: pregão@campolimpopaulista.sp.gov.br. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8358/4039-8326 ou diretamente na Diretoria de Administração desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

Alynne Silva Sousa
Secretária Municipal de Saúde

Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - PRODAM-SP S/A

CNPJ nº 43.076.702/0001-61 - NIRE MATRIZ nº 35300036824

ERRATA DO AVISO DE ADIAMENTO DO PE-08.005/2021
PROCESSO SEI Nº 7010.2020/0006654-3 - PE-08.005/2021 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA COM MANUTENÇÃO CORRETIVA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, INSTALAÇÕES, DESINSTALAÇÕES, REMANEJAMENTOS E EXECUÇÃO DE PROJETOS EM REDE DE TELEFONIA, LÓGICA E ELÉTRICA, COMPREENDENDO AINDA, O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS GPON (GIGABIT PASSIVE OPTICAL NETWORK), PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

O Pregoeiro designado pelos Srs. Diretor de Administração e Finanças e Diretor de Infraestrutura e Tecnologia (em exercício) da **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PRODAM-SP S/A.** para condução do Pregão Eletrônico em epígrafe, comunica que:

Onde se lê:
A abertura fica adiada para o dia 23/09/2022, às 10:00 horas.
Leia-se:
A abertura fica adiada para o dia 28/09/2022, às 10:00 horas.

Informamos aos interessados que houve alterações no Edital e o novo caderno deverá ser consultado no site www.comprasnet.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 071/22 – Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de caminhão e veículo 0 km, para atender a Secretaria Municipal de Educação, conforme descritivo constante do Anexo I deste Edital, do tipo **MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM. CADASTRAMENTO e ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS:** Cadastro de Propostas Iniciais: **09:00 horas do dia 16/09/22 até às 09:00 horas do dia 29/09/22.** Abertura de Propostas Iniciais**: 29/09/22 às 09:05 horas.** O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.bbmnetlicitacoes.com.br ou solicitado pelo e-mail: pregão@campolimpopaulista.sp.gov.br. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8358/4039-8326 ou diretamente na Diretoria de Administração desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

Vinicius Passarin Neves
Secretário Municipal de Educação

Governo reavalia lista de risco, que proibia a pesca do pintado

O Ministério do Meio Ambiente decidiu adiar a vigência e reavaliar a nova lista de espécies ameaçadas de extinção do País, depois que a inclusão de alguns peixes foi questionada por governos estaduais e entidades pesqueiras. A principal contestação é sobre a entrada do pintado na lista, um dos peixes de rio de maior apelo culinário, por isso bastante valorizado pelos pescadores profissionais. Conforme o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), especialistas estão estudando a possibilidade de liberar a pesca em regiões onde o peixe não está sob ameaça iminente. O pintado é muito cobiçado também por pescadores esportivos, que movimentam o turismo em vários Estados. A portaria do adiamento, assinada pelo ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, foi publicada no último dia 5. A suspensão da vigência vai até 5 de dezembro, coincidindo com o início do período do defeso, quando a pesca é suspensa para a reprodução dos peixes. Na maior parte das bacias, o defeso vigora até o último dia do mês de fevereiro do ano seguinte. Pela portaria que vigorava desde 7 de junho deste ano, 1.249 espécies foram categorizadas como ameaçadas de extinção na atualização da lista. De acordo com o ministério, 75% dessas espécies estão contempladas em Planos de Ação Nacionais para sua conservação.

O pintado (Pseudoplatystoma corruscans) entrou na nova lista - com a classificação de vulnerável - e acabou sendo o pivô do adiamento. O peixe é a base da economia pesqueira familiar em Estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Moraes nega a Hang tirar do STF investigação sobre empresários bolsonaristas

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou quarta-feira, 14, o pedido para transferir para a primeira instância a investigação sobre os empresários bolsonaristas que trocaram mensagens golpistas em um grupo privado no WhatsApp.

Moraes disse que seria "prematuro" declinar as apurações à Justiça Federal em Brasília porque a Polícia Federal (PF) ainda está analisando o material obtido a partir da apreensão dos celulares dos empresários.

O pedido para tirar o caso do STF foi feito pela defesa de Luciano Hang, dono da rede de lojas Havan,um dos investigados que sofreram buscas no último dia 23 e está com as contas bloqueadas. Os advogados argumentaram que não há motivo para a investigação tramitar no tribunal, já que todos os alvos são empresários e não têm direito a foro por prerrogativa de função

"A apuração está no início. Não há autoridade com prerrogativa de foro sendo investigada ou relacionada ao presente feito e, tampouco, nenhum dos investigados teve em algum momento prerrogativa de foro", escreveram no recurso enviado ao STF.

A investigação foi distribuída ao gabinete de Moraes porque ele já era relator do chamado inquérito das milícias digitais, que se debruça sobre a atuação de grupos organizados na internet para espalhar ataques e notícias falsas contra as instituições democráticas.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) também vem dizendo que não vê margem para o STF atuar no caso. O órgão já pediu o arquivamento da investigação em duas ocasiões. A vice-procuradora-geral da República Lindôra Araújo afirma que não há "conexão" entre os inquéritos a cargo de Moraes e a investigação sobre os empresários bolsonaristas. Ela também lembrou que os investigados não têm foro privilegiado.

Ao todo, oito empresários que apoiam o presidente Jair Bolsonaro (PL) foram alvo de buscas na investigação: Afrânio Barreira Filho, do restaurante Coco Bambu; Ivan Wrobel, da W3 Engenharia; José Isaac Peres, do grupo Multiplan; José Koury, do shopping Barra World; Luciano Hang, da rede de lojas Havan; Luiz André Tissot, da Sierra Móveis; Marco Aurélio Raymundo, da Mormaii; e Meyer Nigri, da Tecnisa.

Quando o sobrenome traz mais problemas do que votos aos parentes

Sobrenomes conhecidos disputam vagas na Câmara dos Deputados pelo Rio com discrição - pelo menos em relação às linhagens. A tática foi adotada por Danielle Cunha, filha do ex-deputado Eduardo Cunha, Leonardo e Rafael Picciani, filhos do ex-presidente da Assembleia Legislativa Jorge Picciani, e Marco Antônio Cabral, primogênito do ex-governador Sérgio Cabral, que está preso. Na TV, nenhum deles faz menção aos pais políticos. A conduta contraria uma tradição no Estado, onde, em parte, a ligação familiar substituiu a liderança partidária. O presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), elegeu ex-mulher e filhos. Há outros casos, como os sobrenomes Maia, Garotinho e Brazão. A filha de Eduardo Cunha - ex-presidente da Câmara condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro na Lava Jato - não aparece ao lado do pai, que tenta se eleger deputado por São Paulo, em nenhuma postagem nas redes sociais oficiais ou na propaganda eleitoral obrigatória no rádio e na TV. Danielle tem apoio do União Brasil, do governador Cláudio Castro (PL), que tenta a reeleição, e de líderes evangélicos no Estado. O partido já investiu R$ 2 milhões na campanha dela. Outra família conhecida na política fluminense, os Piccianis tentam retomar a influência construída pelo pai no Estado e o protagonismo do MDB. Jorge, ex-presidente da Alerj, foi preso na Operação Furna da Onça e acabou condenado por corrupção. Morreu em maio do ano passado. Um de seus filhos, o ex-deputado Leonardo Picciani, ex-ministro do Esporte de Michel Temer (MDB), assumiu o comando da legenda no Rio. Agora, busca uma vaga na Câmara após quatro anos sem cargo eletivo. O irmão, Rafael, quer representar os Piccianis na Alerj. Os dois escondem o sobrenome e, nas redes, usam apenas o prenome. Marco Antônio Cabral, filho do ex-governador do Rio Sérgio Cabral (MDB) - que continua preso por 22 condenações que somam cerca de 400 anos de prisão -, também tenta uma vaga no Congresso. Foi eleito para a Câmara pela primeira vez em 2014. Em 2018, em meio à crise da Lava Jato e com o pai preso, teve cerca de 20 mil votos e não se elegeu. A tática para tentar voltar é a mesma - fazer campanha sem citar a ligação familiar - apesar da semelhança física.

Teste de biometria das urnas será realizado em 56 urnas de 19 Estados e DF

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, anunciou ontem, 15, que o projeto piloto do teste de integridade de biometria será realizado em 56 urnas eletrônicas localizadas em 19 unidades da federação. O critério para escolha dos Estados foram condições "técnicas" e "logísticas", disse Moraes. O anúncio foi feito durante a simulação realizada nesta quinta no tribunal.

O teste reformulado será aplicado em seções eleitorais do DF e dos seguintes Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Amazonas, Paraná, Rondônia, Santa Catarina e Tocantins.

A resolução que reformula o teste de integridade foi aprovada pelo TSE na última terça-feira, 13. Embora o teste de integridade já venha sendo feito desde as eleições de 2002, neste ano a novidade será sua realização com biometria, em local próximo às seções eleitorais. O objetivo da alteração é "tentar aproximar ainda mais o teste de integridade de todo o procedimento que acontece durante a sessão eleitoral".

A reformulação era uma das principais sugestões dos militares para o aperfeiçoamento do sistema eleitoral, mas Moraes ressaltou que ainda não existem indícios de que o teste feito com biometria seja mais confiável do que o atualmente aplicado. "Nós vamos verificar para ver se vale a pena instituir isso para todas as eleições ou se podemos manter o teste como já é feito", disse.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DocuSigned by: Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107 CPF: 95180953815 Data/Hora da Assinatura: 15/09/2022 | 17:56:33 PDT ICP Brasil

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publilegal.diariodenoticias.com.br/

DocuSign Envelope ID: 235B6503-6095-45F8-A798-7F62D55A55CE

GERAL

Ministério da Justiça determina recall imediato de petiscos da Bassar Pet Food

O Ministério da Justiça e Segurança Pública notificou a empresa Bassar Pet Food para que seja apresentado o recall compulsório dos petiscos para cães Bassar Snack Every Day e Bassar Dental Care. A decisão emitida na quarta-feira, 14, se baseia nos relatos de mortes de cães que ingeriram snacks da marca e na determinação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) de suspensão do uso de lotes de propilenoglicol, substância utilizada pela indústria na fabricação de alimentos para humanos e animais.

Na semana passada, a Bassar anunciou o recall de todos os produtos fabricados a partir de 7 de fevereiro deste ano.

Segundo o Ministério da Justiça, "a realização informal de recall, sem ampla divulgação e nos termos regulamentados pelos órgãos competentes, pode ser demorada e ineficaz, apresentando riscos aos consumidores e aos animais de estimação". Caso a determinação não seja cumprida, a empresa pode sofrer processos administrativos e a aplicação de sanções pela Secretaria Nacional do Consumidor da pasta. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, fornecedores que saibam dos riscos dos seus produtos e serviços após a introdução deles no mercado devem comunicar o fato imediatamente às autoridades e aos consumidores. Procurada pela reportagem, a empresa não respondeu aos contatos. Em nota do dia 9 de setembro, a Bassar informou estar "extremamente consternada" com os relatos de contaminação de animais. "Somos os maiores interessados no total esclarecimento desse caso. Estamos fazendo tudo para que isso ocorra de forma rápida e transparente e colaborando com as autoridades na investigação da qualidade da matéria-prima distribuída por fornecedores no mercado de alimentação animal", diz um comunicado da fabricante.

A 18 dias da eleição, Lula chama apoiadores a reforçar atuação nas redes sociais

Faltando 18 dias para as eleições presidenciais, o candidato à Presidência pelo PT, Luiz Inácio da Silva, pediu aos apoiadores que reforcem a atuação nas redes sociais para buscar novos eleitores e aumentar as chances de vencer a corrida no primeiro turno.

"Nós precisamos nesses 18 dias, quem gosta muito de telefone celular, quem fica mandando zap, Twitter, TikTok, 'TocToc', tem de conversar com as pessoas (para convencer a votar nele) e mostrar responsabilidade", disse durante evento de cooperativas em São Paulo.

"São só 18 dias e temos que enfrentar a maior máquina de mentiras que já aconteceu nesse País", continuou o petista, reforçando que é um "trabalho de militância". Sem mencionar o presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus apoiadores, que têm grande de atuação no espaço virtual, o ex-presidente afirmou que "eles têm robôs, não queremos robôs". "Temos gente. Não somos algoritmos, somos humanos", emendou.

O discurso acontece no momento em que a campanha aposta no voto útil para alavancar o petista e aumentar as chances de levar a corrida já no primeiro turno. Na última segunda-feira, 12, em evento no qual a ex-ministra Marina Silva (Rede) declarou apoio público a Lula, o ex-presidente disse que é preciso, além de atrair eleitores de Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB), conquistar bolsonaristas.

Coligação de Lula pede intervenção do TSE para garantir segurança de candidatos

A Coligação Brasil da Esperança, da qual faz parte a candidatura do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Palácio do Planalto, entrou na quarta-feira, 14, com uma ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedindo providências sobre a escalada de episódios de violência política. O processo foi distribuído ao gabinete do ministro Alexandre de Moraes, presidente do TSE, que ainda não se manifestou sobre os pedidos.

A ação tem 284 páginas e atribui o "cenário de intolerância" ao presidente Jair Bolsonaro (PL) e aos seus apoiadores. Os advogados citam, por exemplo, o ataque a tiros contra a caravana de Lula no Paraná em 2018 e os assassinatos do tesoureiro do PT em Foz do Iguaçu no mês de julho de 2022 e da vereadora Marielle Franco em 2018. "Com o início do período eleitoral os ânimos de apoiadores políticos têm se mostrado exacerbadamente violentos e ameaçadores ao livre exercício do direito à cidadania, à liberdade de opinião e manifestação política, em preocupante rota de colisão com os princípios basilares de um estado democrático", diz um trecho do processo.

A coligação afirma que declarações e publicações do presidente estimulam uma "reação em cadeia" da militância bolsonarista contra opositores do governo. A ação diz ainda que Bolsonaro se vale de discursos de ódio e notícias falsas para "desumanizar" adversários e reforçar a polarização política no País.

Os advogados reúnem publicações que associam eleitores de Lula a facções criminosas e a declaração em que Bolsonaro prometeu "fuzilar a petralhada".

"Paulatinamente o discurso de ódio praticado por Jair Messias Bolsonaro contra opositores políticos tem como consequência a replicação da truculência e ódio contra qualquer pessoa que não se alinhe a sua ideologia", escrevem os advogados Cristiano Zanin, Eugênio Aragão e Ângelo Ferraro.

Outro ponto de preocupação da coligação é a política de flexibilização do porte de armas a civis, o que segundo a ação "serve ao movimento de intolerância e violência política de justiceiros a cidadãos de bem". O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), chegou a suspender decretos do presidente que facilitaram o acesso a armas sob o argumento de que o início da campanha eleitoral "exaspera o risco de violência política".

A coligação de Lula pede a criação de um canal direto, no site do TSE, para denúncias de violência política, além de outras providências de prevenção para garantir a segurança de eleitores e candidatos no período eleitoral.

Juizados especiais - No mês passado, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) autorizou tribunais de justiça e os tribunais regionais federais a criarem juízos criminais específicos para processar e julgar crimes de violência político-partidária, que terão tramitação prioritária

O CNJ coloca nessa categoria os crimes motivados por "questões de fundo político, eleitoral ou partidário", "intolerância ideológica" e "inconformismo direcionado a valores e instituições do Estado Democrático de Direito, especialmente os relacionados ao processo eleitoral, à posse dos eleitos, à liberdade de expressão e à legitimidade das eleições".

A medida foi justificada pela "escalada da intolerância ideológica e de atos violentos com motivação político-partidária".

Força Nacional vai apoiar a PF em ações em terras indígenas no RS

O Diário Oficial da União publicou ontem (15) portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública que autoriza o emprego da Força Nacional em ações de apoio à Polícia Federal (PF), nas terras indígenas Cacique Doble e Passo Grande do Rio Forquilha, no Rio Grande do Sul.

De acordo com a Portaria nº 178, de 14 de setembro de 2022, assinada pelo ministro Anderson Torres, os militares atuarão nas atividades de preservação da ordem pública e na segurança das pessoas e do patrimônio.

"O trabalho será realizado em caráter episódico e planejado por 90 dias e obedecerá ao planejamento definido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública", diz ainda o documento.

(Foto: EBC)

O trabalho será realizado em caráter episódico e planejado por 90 dias.

DN
DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Aplicativo
DIÁRIO DE NOTÍCIAS BRASIL
Informação em tempo real.

Polícia do Rio prende candidato a deputado e mais 4 por 'venda da administração'

O Ministério Público do Rio de Janeiro abriu ontem, 15, uma operação contra suposta organização criminosa responsável pela 'venda da administração' do município de Itatiaia a 'investidores'. Durante a ofensiva, foram presos o candidato a deputado federal pelo União Brasil Clébio Lopes Pereira, conhecido como 'Clébio Jacaré', e Silvano Rodrigues da Silva, o 'Vaninho', vereador e ex-prefeito interino da cidade localizada na divisa entre Minas e o Rio, na Serra da Mantiqueira. Na casa de Clébio, que declarou ao Tribunal Superior Eleitoral possuir R$ 5,1 milhões em dinheiro vivo, os promotores apreenderam cerca de R$ 29 mil e US$ 3 mil.

Também foram alvos de ordens de prisão Fábio Alves Ramos, ex-chefe de gabinete do prefeito de Itatiaia, Julio Cesar da Silva Santiago, conhecido como "Julinho" e Édnei da Conceição Cordeiro, ex-secretária de Assistência Social e Direitos Humanos de Itatiaia. Além deles, foi preso em flagrante o suplente de vereador Geilson de Almeida, conhecido como 'Pipia'.

Segundo a Promotoria, o grupo sob suspeita é composto por 'agentes públicos que receberam valores para delegar a gestão do Poder Executivo e se omitir nas fiscalizações inerentes ao Poder Legislativo, os quais foram pagos pelos comparsas que, em contrapartida, assumiram a condução de fato do município, focando no desvio de recursos públicos, inclusive a partir da nomeação de funcionários "fantasmas" e fraudes em contratos e licitações, visando recuperar o "investimento" realizado'. As diligências realizadas nesta manhã integram a terceira fase ostensiva das investigações da 'Apanthropía'. A operação ainda cumpre mandados de busca e apreensão contra outras dez pessoas acusadas de integrarem a organização criminosa sob suspeita. As ordens foram expedidas pela 1ª Vara Criminal Especializada em Crime Organizado do Tribunal de Justiça do Rio.

A Promotoria fluminense denunciou 15 pessoas no bojo da investigação. Segundo a peça, formou-se uma 'estrutura complexa, contando com células setorizadas e com atividades bem delineadas.

Os investigadores dizem que o grupo é suspeito de cometer crimes de estelionato contra a administração pública, peculato, concussão, corrupção passiva, corrupção ativa, contratação direta ilegal, fraude em licitação ou contrato e lavagem de dinheiro.

Ministro do TSE multa Damares em R$ 5 mil por 'desinformação'

O ministro Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, do Tribunal Superior Eleitoral, impôs multa de R$ 5 mil à ex-ministra Damares Alves, aliada do presidente Jair Bolsonaro, por propaganda eleitoral antecipada. O magistrado avalia que a ex-titular do Ministério Mulher, da Família e dos Direitos Humanos disseminou 'desinformação' ao 'descontextualizar' o conteúdo de cartilha editada durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para dizer que o documento 'ensinava jovens a usar crack'. "Na espécie, portanto, o vídeo publicado, em perfis de rede social da representada, revela esforço antecipado no sentido de difamar a honra e a imagem de pretenso candidato, a fim de atingir e influenciar eleitores. Tal publicação ilícita conduz reflexos negativos na esfera jurídica do pré-candidato, constituindo pedido de não voto, o que caracterizou propaganda eleitoral antecipada negativa", ponderou o ministro em despacho assinado nesta quarta-feira, 14. Em agosto, Paulo de Tarso Vieira Sanseverino já havia deferido liminar determinando a remoção de quatro vídeos publicados pela ex-ministra Damares Alves em razão da 'desinformação' envolvendo Lula. Agora, o ministro acolheu parcialmente a representação movida pela Federação Brasil da Esperança - formada pelo PT, PC do B e PV - e condenou a aliada do presidente Jair Bolsonaro. A cartilha que, segundo Sanseverino, foi descontextualizada por Damares, foi editada com o objetivo de auxiliar profissionais a lidar com pessoas que se recusam a abandonar o uso de entorpecentes, mas que desejam evitar outros problemas correlacionados, uma ação da chamada política de redução de danos, como mostrou o Estadão Verifica. No vídeo questionado pela coligação que patrocina a candidatura de Lula ao Planalto, Damares alegava o governo do PT "ensinava os jovens a usar drogas". "Eles usavam muitas cartilhas e as cartilhas eram absurdas, por exemplo, essa daqui. Ela começa o seguinte, dizendo: 'redução de danos respeita a liberdade de escolha'.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DocuSigned by:
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Data/Hora da Assinatura: 15/09/2022 | 17:56:39 PDT
ICP Brasil
F30028BECACE477A80F4162020591B34

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publilegal.diariodenoticias.com.br/*